



UNIVERSIDADE DE ÉVORA
ESCOLA DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

Mestrado em Zootecnia

Dissertação

**Avaliação Técnico-Económica do Impacto da PAC pós-2013 no
Contexto das Explorações Alentejanas de Bovinos de Carne – Estudo
de Caso**

Madalena Cristina Salgado Pirata

Orientador:
Prof. Doutor Fernando Paulo Correia Marques

2013

Mestrado em Zootecnia

Dissertação

**Avaliação Técnico-Económica do Impacto da PAC pós-2013 no
Contexto das Explorações Alentejanas de Bovinos de Carne – Estudo
de Caso**

Madalena Cristina Salgado Pirata

Orientador:

Prof. Doutor Fernando Paulo Correia Marques

ÍNDICE

	Página
Índice de Figuras	IV
Índice de Tabelas	VIII
Lista de Abreviaturas	IX
Resumo	X
Summary	XI
1. Introdução	1
2. A Política Agrícola Comum – PAC	3
2.1. Contextualização da Criação de Medidas de Políticas Agrícolas	3
2.2. O que é a Política Agrícola Comum?	4
2.3. Evolução da PAC desde o seu início até à atualidade – Elementos históricos	5
2.4. Instrumentação	11
2.5. Resultados da PAC na Agricultura Portuguesa	14
3. A Agricultura no Alentejo	16
3.1. Caracterização do Sector Agrícola Alentejano	16
3.2. Sistemas de Produção de Bovinos no Alentejo	19

	Página
3.3. Raças de Bovinos Predominantes na Região do Alentejo	22
4. A Nova Reforma da PAC – PAC pós-2013	33
4.1. Perspetivas	33
4.2. Principais Objetivos	35
4.3. Instrumentos	37
5. Materiais e Métodos	40
5.1. Materiais	40
5.1.1. Caracterização da Exploração	40
5.1.2. Caracterização do Sistema de Produção	42
5.2. Métodos	45
6. Resultados e Discussão	52
6.1. Estrutura dos Proveitos	52
6.2. Estrutura dos Custos	54
6.2.1. Tipo de Custos: Despesas	54
6.2.2. Tipo de Custo: Custos Reais	57
6.2.3. Tipo de Custo: Custos Completos	60
6.3. Resultados Económicos	63
6.4. Integração do RPU	65
6.5. Na Perspetiva da PAC pós – 2013	68
7. Conclusões	71
8. Bibliografia	73
9. Anexos	81
9.1. Capital de Exploração Fixo – Máquinas e Equipamentos ...	82

	Página
9.2. Capital Fundiário – Melhoramentos Fundiários e Construções	83
9.3. Capital de Exploração Fixo – Reprodutores	84
9.4. Orçamentos de Atividade: Manutenção da Pastagem Permanente	85
9.5. Orçamento de Atividade: Forragem para Feno	86
9.6. Pousio	87
9.7. Orçamento de Atividade Pecuária: Bovinos – desmame	88
9.8. Orçamento de Atividade Pecuária: Bovinos – vitelos para abate	89
9.9. Orçamento de Atividade Pecuária: Bovinos – venda de reprodutores	90
9.10. Orçamento de Atividade Pecuária: Bovinos – Global	91
9.11. Tipo de Custos: Despesas	92
9.12. Tipo de Custos: Custos Reais	93
9.13. Tipo de Custos: Custos Completos	94

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura		Página
1	Número de Produtores Agrícolas singulares na região do Alentejo, por grupo etário	16
2	Efetivo animal por espécie, na região do Alentejo	18
3	Valor Médio de Margem Bruta (€) por exploração agrícola e por região	19
4	Distribuição dos efetivos de bovinos Alentejanos em Portugal	23
5	Proporção das diferentes peças relativamente ao total de carne na carcaça	24
6	Exemplar da raça bovina Alentejana	25
7	Exemplar da raça bovina Mertolenga	26
8	Distribuição dos efetivos de bovinos Charoleses em Portugal	27
9	Exemplar da raça bovina Charolesa	28
10	Exemplar da raça bovina Limousine tipo Boucherie	31
11	Exemplar da raça bovina Limousine tipo Elevage	31

Figura		Página
12	Exemplar da raça bovina Limousine tipo Mixte	32
13	Principais rubricas que constituem a Estrutura dos Proveitos (€;%) da atividade agrícola da exploração em questão	52
14	Valores de cada um dos Proveitos (€) gerados pela produção de bovinos, discriminados por cada grupo de animais	53
15	Principais rubricas que constituem a Estrutura dos Custos (€;%), considerando somente as despesas desta exploração	54
16	Valores de cada uma das Despesas (€) relativas à produção de bovinos, discriminados por cada grupo de animais.....	55
17	Valores de cada uma das Despesas (€) inerentes à produção de bovinos, discriminados por cada grupo de animais, com a inclusão das rubricas “Compra de Animais” e “Total de despesas”	56
18	Comparação entre os valores das Despesas Totais (€;%) relativas à manutenção da vacada e touro com as que dizem respeito aos animais produzidos	57
19	Principais rubricas que constituem a Estrutura dos Custos (€;%), considerando os Custos Reais da exploração em questão	58

Figura		Página
20	Valores dos Custos Reais (€) inerentes à produção de bovinos, discriminados por cada grupo de animais, com inclusão das rubricas “Compra de Animais” e “Total de Custos”	59
21	Comparação entre o valor dos Custos Reais Totais (€;%), relativos à manutenção da vacada e touro com os que dizem respeito aos animais produzidos	59
22	Valores dos Custos Completos (€) relativos à produção de bovinos, discriminados porá cada grupo de animais, com a inclusão das rubricas “Compra de Animais” e “Total de Custos”	60
23	Principais rubricas que constituem a Estrutura dos Custos (€), considerando os Custos Completos desta exploração	61
24	Rubricas que constituem a Estrutura dos Custos (%), considerando os Custos Completos, correspondentes a um estudo realizado no ano de 2012 em sete explorações que produzem bovinos da raça Mertolenga	61
25	Resultados da atividade agrícola. Montantes referentes às receitas finais proporcionadas pela atividade da produzir bovinos – Saldos (€)	63

Figura		Página
26	<p>Proveitos da atividade agrícola face à integração do RPU (€). Gráfico comparativo entre os Proveitos gerados unicamente pela produção de bovinos e os Proveitos obtidos não só com esta atividade mas também com o valor do subsídio que diz respeito ao RPU a que o agricultor tem direito</p>	65
27	<p>Resultados Económicos da atividade agrícola face à integração do RPU – Saldos (€). Gráfico comparativo entre os resultados das Margens agregadas das diferentes subactividades mais o valor do RPU</p>	66
28	<p>Resultados Económicos da atividade agrícola face à integração do RPU e do valor da venda da Cortiça – Saldos (€). Gráfico comparativo entre os resultados da atividade económica mais o valor do RPU e do montante conseguido com a venda da Cortiça</p>	67
29	<p>Gráfico comparativo entre os Proveitos (€) gerados pela produção de bovinos na atualidade e após a entrada em vigor das medidas previstas para a nova PAC</p>	68
30	<p>Resultados Económicos – Saldos (€) – obtidos exclusivamente pela produção de bovinos (sem integração do RPU nem do valor da venda da Cortiça) após a entrada em vigor das medidas previstas para a nova PAC</p>	69

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela		Página
1	Número de Explorações e Superfície Agrícola Utilizada, por região	17
2	Número de Explorações agrícolas do Alentejo face às orientações técnico-económicas	17
3	Dados produtivos e reprodutivos da raça Mertolenga	26
4	Curiosidades entre o Limousine Português e o Francês ..	29
5	Máquinas e Equipamentos pertencentes à Herdade dos Miradouros de Cima	41
6	Valores relativos aos Resultados Económicos analisados na ótica da Taxa de Rentabilidade Global dos Fatores ...	64
7	Valores relativos aos Resultados Económicos analisados na ótica da Taxa de Rentabilidade Global dos Fatores, com a integração dos montantes correspondentes ao RPU e à venda da Cortiça	67
8	Valores relativos aos Resultados Económicos analisados na ótica da Taxa de Rentabilidade Global dos Fatores após a entrada em vigor das medidas previstas para a nova PAC	70

LISTA DE ABREVIATURAS

- **CE** – Comissão Europeia
- **CEE** – Comunidade Económica Europeia
- **FEOGA** – Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola
- **PAC** – Política Agrícola Comum
- **RPU** – Regime de Pagamento Único
- **UE** – União Europeia
- **VAB** – Valor Acrescentado Bruto

RESUMO:

Avaliação Técnico-Económica do Impacto de PAC pós-2013 no Contexto das Explorações Alentejanas de Bovinos de Carne – Estudo de caso.

Este trabalho pretende analisar o impacto das medidas previstas para a PAC pós 2013, nas explorações agrícolas direcionadas para a produção de bovinos para carne. Neste sentido, estudou-se um caso em particular (uma exploração agrícola de “conveniência”).

O tratamento dos dados recolhidos foi efetuado através de “Orçamentos de Actividade”, em que se consideraram as rubricas que dão origem aos Proveitos e aos Custos desta exploração.

A análise dos resultados foi baseada em dois indicadores económicos: Margens e Taxa de Rentabilidade Global dos Factores.

Os resultados obtidos evidenciam um agravamento da situação económica da exploração face às perspetivas para a nova PAC.

Conclui-se que a sustentabilidade desta empresa agrícola depende da manutenção (ou do aumento) do valor dos subsídios. Além disso, esta é uma unidade de exploração que beneficiaria substancialmente se fosse possível aumentar a capacidade produtiva por via do aumento da dimensão por beneficiar de economias de escala.

SUMMARY:

Techno Economic Assessment of the Impact of the CAP post-2013 in the Context of Beef Cattle farms from the Alentejo – Case Study.

This work pretends to analyse the impact of CAP's measures after 2013 in beef cattle farms from the Alentejo region. To accomplish this, we have studied a particular case.

The data collected was analysed through "Activity Budgets", in which the items giving rise to the income and the costs of this operation were considered.

The analysis was based on two economic indicators: Margins and Profitability Rate Global Factors.

The results show a worsening of the economic situation of the farm when considering the prospects for the new CAP.

We conclude that the sustainability of this agricultural farm depends on maintaining (or increasing) the value of the subsidies. Furthermore, this is a unit operation that would benefit if it were possible to substantially increase the production capacity by increasing the dimension to benefit from economies of scale.

1. INTRODUÇÃO

A aproximação de um novo quadro político para o setor primário conduz à necessidade de antever as implicações a este associadas de forma a tornar possível definir orientações ao exercício da atividade agrícola, no sentido da viabilidade técnica e económica das empresas.

É então importante clarificar aquele que será o impacto das novas medidas de políticas agrícolas sobre as atividades agropecuárias no provável cenário futuro, para que se possam tomar decisões a nível técnico que se traduzam na sustentabilidade económica das explorações.

Neste enquadramento, o presente trabalho teve como objetivo avaliar as consequências das medidas que deverão ser instituídas pela nova Reforma da Política Agrícola Comum – PAC pós 2013 – face à atividade de produção de bovinos para carne.

Assim, foi recolhida informação de carácter técnico e económico numa exploração agrícola direcionada exatamente para a produção de bovinos de carne que serviu de modelo a este estudo, a Herdade dos Miradouros de Cima, situada no concelho de Montemor-o-Novo.

Ao tratamento dos dados tornou-se indispensável a caracterização do sistema de produção bem como dos recursos que suportam a atividade (terra, águas, melhoramentos fundiários e construções, máquinas e equipamentos, e material biológico).

A metodologia utilizada baseou-se em cálculos de “Orçamentos de Atividade”, através dos quais foram determinados custos unitários de produção e custos de atividade, com enfoque para três tipos de custos: Despesas, Custos Reais e Custos Completos. Estes valores foram depois confrontados com os Proveitos da exploração.

Na análise dos resultados obtidos foi atribuída maior importância a dois indicadores económicos: as Margens e a Taxa de Rentabilidade Global dos Fatores.

A discussão dos resultados assenta numa avaliação comparativa da situação da exploração agrícola em questão face à conjuntura atual da PAC e ao previsível cenário pós 2013. Desta forma foi então possível inferir acerca das implicações da nova Reforma da PAC, assim como da viabilidade técnica e económica das explorações agrícolas com características semelhantes à que foi alvo deste estudo, no provável cenário pós 2013.

2. A POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM – PAC

2.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA CRIAÇÃO DE MEDIDAS DE POLÍTICAS AGRÍCOLAS

A intervenção dos órgãos governamentais com medidas de políticas agrícolas, ocorre quando no setor em questão, surgem problemas que tomam uma extensão alargada e se tornam comuns à generalidade dos agricultores (Pinheiro e Carvalho, 2003).

Em conformidade:

— Os empresários agrícolas confrontam-se com longos períodos de baixas remunerações, devido à irregularidade na repartição temporal entre despesas e receitas que caracterizam a atividade agrícola.

— É um sector sujeito a condicionalismos naturais (edafoclimáticos, entomológicos, patológicos) que afetam a quantidade e qualidade das produções e conseqüentemente a instabilidade dos preços.

— Existência de grande heterogeneidade nos sistemas de produção agropecuários devido à dissemelhança da estrutura física e organizacional das empresas. A dimensão das explorações, o grau de especialização, a utilização de tecnologia, o nível de instrução e conhecimento técnico dos agricultores, determinam a capacidade competitiva das empresas agrícolas.

— Essencialmente a nível ambiental as práticas agrícolas são suscetíveis de causar externalidades negativas. Destas destacam-se a poluição das águas superficiais e subterrâneas, a poluição atmosférica, a diminuição da biodiversidade, a erosão e compactação dos solos e degradação da paisagem.

É portanto no sentido de resolver as questões da instabilidade dos rendimentos, da variabilidade das produções e instabilidade dos preços, da estrutura física e organizacional das empresas e dos problemas ambientais,

entre outras situações pontuais, que o governo atua através da criação de medidas de políticas.

As políticas agrícolas são também instrumentos estratégicos, conseqüentemente trata-se da criação, desenvolvimento e utilização de meios de coação à disposição do poder político para se atingirem objetivos fixados por este.

2.2. O QUE É A POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM?

A Política Agrícola Comum (PAC) é assim designada por ter surgido no seio da então Comunidade Económica Europeia (CEE) com vista à criação de um mercado agrícola comum, que assentava no pressuposto que traria um conjunto de vantagens para a CEE que à partida seriam difíceis de concretizar dentro das fronteiras de cada Estado-Membro (Pinheiro e Carvalho, 2003).

Assim, a PAC é constituída por um conjunto de normas e mecanismos que regulam a produção, a comercialização e o processamento dos produtos agrícolas na União Europeia (UE).

Segundo o estabelecido no artigo 33º do Tratado da Comissão Europeia (CE) os principais objetivos desta intervenção político-governamental são: aumentar a produtividade agrícola promovendo o progresso técnico e tecnológico e visando a utilização adequada dos fatores de produção, garantir um nível de vida justo e satisfatório aos agricultores, estabilizar os mercados, promover garantias de segurança dos abastecimentos alimentares e afiançar aos consumidores a disponibilidade a preços acessíveis dos produtos agrícolas.

A fim de atingir estes objetivos, a PAC segue três princípios fundamentais que são: Unicidade de Mercado, Preferência Comunitária e Solidariedade Financeira.

A Unicidade de Mercado diz respeito à criação de um mercado agrícola que permite a circulação livre dos produtos, através do estabelecimento de

regras de concorrência uniformes e de preços institucionais comuns, para um comércio entre os Estados sem obstáculos nem impedimentos. Houve ainda o estabelecimento de regras idênticas em cada Estado-Membro que regulam as trocas comerciais entre a CEE e o exterior.

A Preferência Comunitária é traduzida na criação de mecanismos que garantem a preferência pelos produtos oriundos da própria Comunidade. Assim, foi estabelecido um preço mínimo para os produtos vindos de países exteriores, que entram na Comunidade, ao mesmo tempo que se subvencionam as exportações. Evitam-se assim distúrbios no mercado interno pela importação de produtos a preços mais baixos e tornam-se esses produtos mais competitivos no mercado externo, respetivamente.

Solidariedade Financeira implica que os custos inerentes à PAC serão arcados em conjunto pelos Estados-Membros, pelo orçamento comunitário.

A PAC é o principal instrumento das políticas agrícolas da UE (então CEE) e é responsabilidade da CE e do Conselho de Ministros da Agricultura.

2.3. EVOLUÇÃO DA PAC DESDE O SEU INÍCIO ATÉ À ACTUALIDADE – ELEMENTOS HISTÓRICOS

Após a segunda guerra mundial viveu-se um período assinalado por uma agricultura arruinada em que a falta de alimentos e a insegurança quanto ao fornecimento dos produtos alimentares, constituíam problemas comuns a todos os países da Europa ocidental.

Formou-se a CEE em 1957, aquando da assinatura do Tratado de Roma, então com seis países Membros – França, Alemanha, Bélgica, Itália, Luxemburgo e Holanda.

Na realização destas negociações, a agricultura assumiu sempre uma posição de destaque na agenda dos responsáveis políticos, por se entender

que constituía uma componente fundamental para a paz, o desenvolvimento e o progresso da Europa (Pinheiro e Carvalho, 2003).

Nos artigos 32º a 38º do Tratado CE, está definida a base jurídica para uma política agrícola para toda a Comunidade (Lordello, 2002; Pinheiro e Carvalho, 2003).

Os objetivos gerais para uma política agrícola comum ficaram estabelecidos no Tratado de Roma (Pinheiro e Carvalho, 2003).

Em Julho de 1958 foram determinados os princípios da PAC na conferência de Stresa (Lordello, 2002; Pinheiro e Carvalho, 2003).

Em 1960 os seis Estados-Membros fundadores adotaram os mecanismos da PAC, que entrou em vigor dois anos mais tarde (Pinheiro e Carvalho, 2003).

A PAC do Tratado de Roma estava essencialmente vocacionada para o aumento da produtividade, já que esta era baixa. Foram criados incentivos para que os agricultores aumentassem os níveis de produção, através da atribuição de subsídios. Esta política tinha também como objetivos assegurar o fornecimento seguro de produtos agrícolas a preços razoáveis, o apoio ao rendimento dos agricultores e a estabilização dos mercados.

Segundo Pinheiro e Carvalho (2003) a lógica subjacente à primeira PAC levou, como se pretendia, ao rápido aumento da produção mas trouxe uma série de problemas colaterais:

— O aumento do volume da produção agrícola foi superior ao que o mercado podia absorver, o que conseqüentemente conduziu à criação de excedentes.

— Como esta política incentivava a produção, a maioria dos agricultores recorria de forma exagerada e descuidada ao uso de produtos químicos suscetíveis de provocar poluição da água e do solo, de fragilizar os ecossistemas e ao uso abusivo de alfaias, levando ao aumento da erosão dos solos e alterações na paisagem.

— A distribuição injusta das subvenções aos agricultores dentro e entre os países da CEE, uma vez que aqueles que mais produziam eram os que

mais beneficiavam, porque o apoio era proporcional à quantidade produzida, o que concentrou os apoios nas explorações de maiores dimensões, que eram aquelas que também faziam uso de métodos de produção mais intensivos.

Surgiram então complicações orçamentais, decorrentes de despesas exageradas pelo financiamento dos mercados (secção Garantia) e pelo financiamento sócio estrutural (secção Orientação).

Para corrigir estes desequilíbrios, a PAC foi sendo intervencionada ao longo do tempo:

— Em 1968 foi publicado um “Memorando sobre a reforma da PAC” conhecido vulgarmente por “Plano Mansholt” (origem no nome Sicco Mansholt, então responsável por esta política e vice-presidente da CE) que visava reduzir numericamente os indivíduos que se ocupavam do setor agrícola e dessa forma diminuir o número de explorações de pequena dimensão e menor nível técnico, promovendo desta forma um incremento à formação de explorações agrícolas de maior dimensão e mais eficientes (Lordello, 2002; Pinheiro e Carvalho, 2003).

— Em 1972 esta política foi alvo de um conjunto de ajustes de natureza estrutural que tinham como objetivo modernizar a agricultura. Alguns problemas mantiveram-se, como era o caso do desfasamento entre a oferta e a procura dos produtos agrícolas, que continuavam a dar origem a excedentes cada vez maiores (Lordello, 2002; Pinheiro e Carvalho, 2003).

— Em 1985 a CE sugere um conjunto de providências publicadas no Livro Verde “Perspetivas para a Política Agrícola Comum”, que tinham como finalidade reduzir a produção nos setores críticos, reduzindo assim a diferença entre a oferta e a procura de produtos agrícolas e estudar soluções alternativas ao futuro da PAC (Lordello, 2002; Pinheiro e Carvalho, 2003).

— Em 1988 foi adotado um pacote de medidas que restringiam o orçamento global desta Política (Lordello, 2002; Pinheiro e Carvalho, 2003).

— Em 1991 foram apresentados pela CE, dois documentos de discussão acerca do futuro da PAC e do desenvolvimento rural, que assentaram na base de um acordo político sobre a adoção de uma Reforma para a PAC (Lordello, 2002; Pinheiro e Carvalho, 2003).

A 1ª Reforma da PAC surge 1992. Esta é marcada pelo facto do enfoque principal passar do produto para o produtor (Pinheiro e Carvalho, 2003).

Nesta altura verificou-se que era necessário reduzir efetivamente as produções excedentárias e para isso as soluções encontradas foram o estabelecimento da fixação de quotas de produção e a redução da área cultivada – aos agricultores era então imposta a diminuição da dimensão das terras aráveis para poderem beneficiar dos apoios comunitários, ou seja, os agricultores eram pagos para não produzir (pousio obrigatório – *set aside*). (Marques, 2011).

Os apoios passaram a ser desligados do volume de produção e foram introduzidas as chamadas ajudas diretas, ou seja, apoios por animal e por hectare (Pinheiro e Carvalho, 2003).

Há ainda a criação de um segundo pilar de apoios, o do Desenvolvimento Rural, face aos outros apoios que desde início apenas estavam dirigidos para políticas de preços e de mercados.

Assim, como sugerem Pinheiro e Carvalho (2003) a regulamentação criada estabelece, claramente, o princípio de que os agricultores podem ser pagos para reduzir a intensidade produtiva e por fornecerem serviços ambientais.

Apesar da Reforma de 92 ter tido efeitos positivos na agricultura europeia, as evoluções que se verificaram posteriormente, principalmente enfatizadas pelo plano de alargamento da União Europeia e pela perspectiva da adoção da moeda única, fizeram mais uma vez com que houvesse necessidade de reformular a PAC (Lordello, 2002).

Assim surgiu a Agenda 2000. O panorama desta adaptação da PAC sugeria, segundo Pinheiro e Carvalho (2003): reforçar a competitividade dos produtos agrícolas no mercado doméstico e nos mercados mundiais, promover um nível de vida equitativo e digno para a população agrícola, criar postos de trabalho de substituição e outras fontes de rendimento para os agricultores, definir uma nova política de Desenvolvimento Rural que passa a ser o segundo pilar da PAC, incorporar na PAC considerações de natureza ambiental e estrutural mais amplas, melhorar a qualidade e segurança dos alimentos e simplificar a legislação agrícola e a descentralização da sua aplicação a fim de tornar as normas e regulamentos mais claros, mais transparentes e de mais fácil acesso.

Apesar dos esforços, o facto de os agricultores inseridos na União Europeia continuarem a tirar partido de preços mais elevados e a receber apoios de ordem superior aos dos seus homólogos externos e o facto das ajudas, em grande parte, continuarem a estar ligadas à produção e portanto desfavorecendo a componente ambiental, revelam a dificuldade da PAC em efetivar os objetivos da Agenda 2000 (Pinheiro e Carvalho, 2003).

Isto fez com que se tornasse imperativo tomar novas medidas e que se processasse uma Reforma intercalar da Agenda 2000, a Revisão da PAC 2002 (Pinheiro e Carvalho, 2003).

A Reforma de Junho de 2002 baseia-se em critérios de eficiência económica, desenvolvimento rural e proteção ambiental (Pinheiro e Carvalho, 2003). Teve como propósitos: liberalizar gradualmente a produção agrícola e torná-la mais competitiva, promover uma agricultura sustentável mais vocacionada para a proteção do meio ambiente e mais preocupada com a qualidade e a segurança alimentar, reforçar o desenvolvimento e a fixação das populações no meio rural, promover a estabilidade dos rendimentos e um nível de vida equitativo para os agricultores (Pinheiro e Carvalho, 2003).

A partir desta altura começam então a tornar-se cada vez mais evidentes as preocupações e os esforços no âmbito da alteração na forma de apoiar a agricultura (Silva, 2011).

O objetivo era então desligar progressivamente as ajudas da produção e adotar um Regime de Pagamento Único (RPU) por exploração, atribuído com base no histórico individual de cada agricultor e com base no valor global dos pagamentos concretizados em determinada região ou Estado-Membro, distribuído pela superfície elegível dos mesmos no período de referência (Silva, 2011).

Desde 2006 verificou-se uma crescente preocupação em estreitar as ligações e criar uma conexão entre as medidas referentes ao primeiro Pilar da PAC e as referentes ao segundo Pilar, o Desenvolvimento Rural, com a finalidade de aumentar a competitividade (fomento do aumento do valor dos produtos agrícolas, da instalação de jovens agricultores, da modernização das explorações e da criação de serviços de aconselhamento) e promover melhorias a nível ambiental e na paisagem natural (Silva, 2011).

Ao abrigo do “Exame de Saúde” da PAC, em 2008, surgiram novas intervenções no sentido de valorizar cada vez mais as características multifuncionais do sector primário, enfatizar as questões ambientais e gradualmente ir integrando no Regime de Pagamento Único os setores que até então ainda eram pagos à produção, com o objetivo de orientar as produções para as características de mercado (Silva, 2011).

Em 2010 começaram de forma mais ativa debates e estudos com a finalidade de identificar os pontos pertinentes do setor que deverão ser intervencionados pela futura PAC, bem como analisar os desafios a que a mesma deve dar resposta após 2013 (Silva, 2011).

2.4. INSTRUMENTAÇÃO

A Instrumentação da PAC, diz respeito ao conjunto de normas e mecanismos que regulam a produção, as trocas e o processamento dos produtos provenientes do sector agrícola na UE (Bassan *et al.*, 2003).

Neste âmbito, foi criado em 1962 o Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA) que dois anos mais tarde, em 1964, se dividiu em duas secções, a secção Orientação e a secção Garantia. O FEOGA tem como objetivo financiar a PAC (Pinheiro e Carvalho, 2003).

A secção Orientação diz respeito aos fundos estruturais e visa a modernização da agricultura e o desenvolvimento rural, através do investimento em novos equipamentos e novas tecnologias, a fim de atenuar as desigualdades do setor agrícola Europeu, de região para região (Bassan *et al.*, 2003).

À secção Garantia cabe o financiamento dos custos inerentes à Organização Comum dos Mercados e portanto, é a esta secção que cabe colmatar as despesas com o estímulo e desenvolvimento das exportações dos produtos agrícolas, bem como da gestão dos excedentes destes mesmos produtos. Esta é ainda responsável por facultar os capitais necessários à implementação de medidas agroambientais. Razões estas que fazem com que a secção Garantia seja avaliada como a mais importante e faz parte dos gastos obrigatórios inerentes ao orçamento comunitário (Bassan *et al.*, 2003).

Os programas de suporte de preços, os pagamentos diretos aos agricultores, os limites de produção e as medidas que regulam as importações e exportações dos produtos agrícolas, são os principais instrumentos da PAC (Bassan *et al.*, 2003).

Os programas de suporte de preços, refletem-se em medidas governamentais para garantir a estabilidade dos preços e rendimentos e são empregues quando a oferta comunitária transpõe a procura. Os principais métodos que têm sido considerados neste tipo de programas são: as compras por intervenção, as restituições à exportação e a armazenagem de excedentes (Bassan *et al.*, 2003).

As compras por intervenção ocorrem quando os governos tomam posse dos excedentes agrícolas a um preço mínimo estabelecido, designado preço de intervenção, para que os preços de mercado desses produtos não desçam abaixo do preço de intervenção e provoquem uma quebra no rendimento dos agricultores (Bassan *et al.*, 2003).

Intimamente relacionada com esta medida está a de armazenar o excesso de produção, uma vez que, ao comprar os volumes de produto excedentários, o governo está a fazer subir o preço no mercado, através da diminuição da oferta (Bassan *et al.*, 2003).

As restituições à exportação ocorrem quando os preços do mercado interno (da UE) estão acima dos preços do mercado internacional. Neste âmbito, para que os empresários agrícolas da UE possam competir com os seus homólogos internacionais, é-lhes atribuído um subsídio. Contrariamente, se os preços do mercado interno se encontram abaixo dos do mercado internacional são aplicados impostos à exportação (Bassan *et al.*, 2003).

Os pagamentos diretos são auxílios financeiros entregues pelo Estado aos empresários agrícolas, como forma de apoio à atividade e de ajuda no investimento em fatores de produção (Bassan *et al.*, 2003).

Esta medida de apoio tem ainda como finalidade tornar efetivos alguns requisitos inerentes à PAC, porque é através dos pagamentos diretos que os governos incentivam a implementação das normas legais comunitárias relativas ao ambiente, desenvolvimento rural e ao emprego neste setor (subsídios centrados no progresso rural). Neste sentido, as autoridades governamentais podem reduzir o valor da importância atribuída, ou mesmo não permitir que os agricultores beneficiem desta ajuda caso, não cumpram com as normas regulamentadas (Bassan *et al.*, 2003).

Inicialmente, este apoio financeiro era atribuído conforme o tipo de produto e a quantidade produzida. Agora os apoios surgem desligados do volume de produção, traduzidos nas chamadas ajudas diretas (apoios por animal e por hectare) (Pinheiro e Carvalho, 2003).

As medidas para controlar a oferta dos produtos agrícolas no mercado surgiram aquando da Reforma da PAC em 1992, devido ao aumento do volume da produção agrícola a uma taxa superior à do consumo e por consequência à obtenção de excedentes agrícolas (Pinheiro e Carvalho, 2003).

Como um nível de oferta superior ao da procura provoca instabilidade nos rendimentos dos agricultores e custos acrescidos para as entidades governamentais com a gestão dos stocks, foram então criados limites de produção que tinham como objetivo manter os níveis de oferta semelhantes aos da procura (Pinheiro e Carvalho, 2003).

As medidas criadas no âmbito do desenvolvimento de limites de produção consistem em impor o loteamento da terra ou em pagar aos agricultores para deixarem a terra por cultivar (Pinheiro e Carvalho, 2003).

Devido às características do setor agrícola Europeu, o preço dos nossos produtos agrícolas é correntemente superior aos preços homólogos internacionais. Assim, a PAC, ao abrigo do princípio da Preferência Comunitária e em estreita relação com os programas de suporte de preços (nomeadamente as restrições à exportação) integra medidas que regulam as importações e exportações dos produtos agrícolas (Pinheiro e Carvalho, 2003).

Estas medidas protegem os preços mais elevados do mercado interno pela aplicação de quotas de importação e de preços mínimos de importação, para que os produtos importados não possam ser comercializados abaixo de um determinado preço. Em paralelo, são atribuídas subvenções às exportações dos nossos produtos agrícolas, para que estes sejam competitivos no mercado internacional sem prejuízo dos agricultores Europeus (Bassan *et al.*, 2003).

2.5. RESULTADOS DA PAC NA AGRICULTURA PORTUGUESA

Em 1986, Portugal adere à então CEE e portanto, viu-se obrigado a adotar a Política Agrícola Comum. Nesta altura, a agricultura nacional sofria de problemas muito específicos, nomeadamente a nível social e estrutural, comparativamente com a agricultura da UE-10, o que fez com que a aplicação da PAC no nosso país fosse adaptada de modo a colmatar os problemas específicos do nosso sector agrícola. Assim, a integração efetiva na PAC ocorreu a partir de 1993 (Direção - Geral de Agricultura, 2003).

Pelas características do setor agrícola nacional à data de adesão, a CE considerou que devia ser dada prontamente uma resposta positiva inequívoca ao pedido português no sentido de que as negociações de adesão fossem abertas o mais cedo possível (Direção - Geral de Agricultura, 2003).

Segundo os resultados das Contas Económicas da Agricultura, na Base 2006, para o período 1980 – 2009, divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE, 2010) os principais aspetos que merecem ser destacados, quanto ao desenvolvimento gradual da agricultura portuguesa no âmbito da PAC são:

- Alterações no sentido da estabilidade estrutural da produção agrícola portuguesa a nível das componentes vegetal e animal;

- Evolução da produção vegetal, com a perda da importância relativa principalmente dos cereais e da batata. Em contrapartida, registou-se um aumento na importância dos produtos hortícolas e do vinho;

- Evolução da produção animal, com o aumento da importância dos produtos de origem animal (principalmente do leite) e diminuição do peso relativo dos bovinos e suínos;

- Maior profissionalização e multifuncionalidade do sector agrícola nacional;

— Evolução diferenciada do Valor Acrescentado Bruto (VAB) essencialmente devido ao facto dos preços das despesas correntes da atividade terem tido um crescimento superior aos da produção. Em termos numéricos, a primeira década é marcada pelo crescimento em volume de 1,3% e forte crescimento nominal na ordem dos 15,1%, a segunda década caracteriza-se por um acréscimo nominal de 1,0% e decréscimo em volume de 1,4% e a terceira década por acréscimo em volume de 1,8% e um decréscimo em termos nominais de 2,5%;

— Grande irregularidade dos rendimentos provenientes da atividade agrícola na primeira metade da série em questão (1980 – 1994). Na segunda metade (1995 – 2009) principalmente na última década, houve maior estabilidade;

— Em 1980, o VAB, agrícola representava em termos nominais 11% do VAB nacional. Em 2009 representou apenas 1,6%;

— Desenvolvimento progressivo dos subsídios no período 1980 – 2009. A partir de 2005, quando se iniciou o RPU, os subsídios à produção passaram a ser superiores aos subsídios aos produtos (em conformidade com a ideologia inicial da PAC, que promovia ajudas diretas à produção);

— Grande crescimento da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) nos primeiros anos após a adesão à CEE. O início dos anos 90 foi marcado pelo decréscimo no esforço de investimento com recuperação a partir de 1995;

— Crescimento da produtividade agrícola, em resposta às alterações estruturais que têm caracterizado a agricultura portuguesa, principalmente pela diminuição do volume de mão-de-obra e do número de explorações agrícolas, e o incremento da mecanização.

3. A AGRICULTURA NO ALENTEJO

3.1. CARACTERIZAÇÃO DO SETOR AGRÍCOLA ALENTEJANO

Na região do Alentejo tem-se verificado um envelhecimento progressivo da população agrícola, visto que a grande maioria pertence a uma faixa etária com mais de 65 anos (Figura 1) (INE, 2011c).

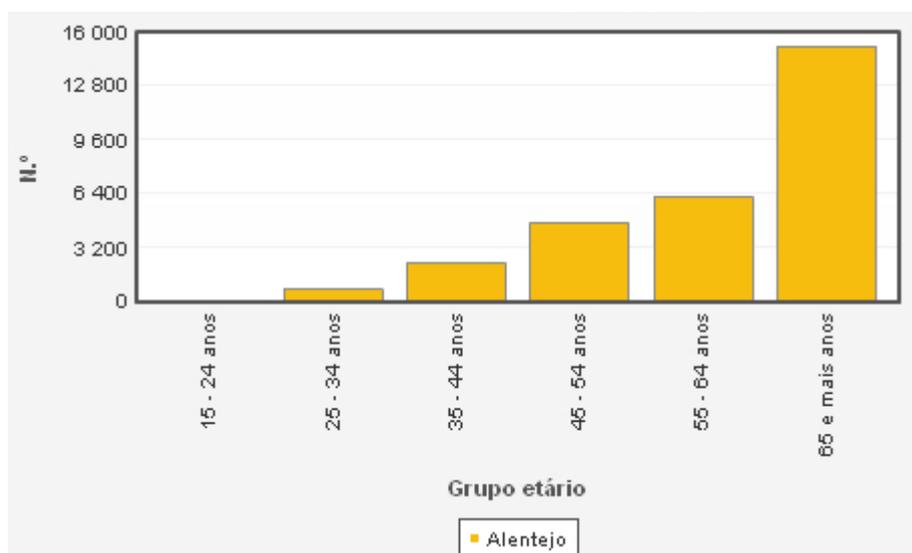


Figura 1 – Número de produtores agrícolas singulares na região do Alentejo, por grupo etário.

Fonte: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0005102&contexto=bd&selTab=tab2

As explorações caracterizam-se pela média a grande dimensão, sendo que a região Alentejana abrange quase 50% da Superfície Agrícola Útil (SAU), representados apenas por 9% das explorações nacionais (Tabela 1) (INE, 2006).

Tabela 1 – Número de explorações e Superfície Agrícola Utilizada, por região.

Regiões	Explorações		SAU	
	Nº	(%)	(ha)	(%)
Portugal	323 920	100	3 679 587	100
Continente	297 046	92	3 552 347	97
EDM	52 696	16	232 260	6
TM	61 649	19	473 530	13
BL	58 823	18	151 949	4
BI	35 749	11	384 005	10
RO	43 850	14	412 093	11
ALE	29 558	9	1 792 285	49
ALG	14 721	5	106 225	3
Açores	15 285	5	122 783	3
Madeira	11 589	4	4 458	0

Legenda: EDM – Entre Douro e Minho; TM – Trás-os-Montes; BL – Beira Litoral; BI – Beira Interior; RO – Ribatejo e Oeste; ALE – Alentejo; ALG – Algarve.

Fonte: INE, 2006.

A nível agronómico predominam as culturas arvenses (cereais e forrageiras) a vinha e o olival (Tabela 2) (INE, 2011b).

Tabela 2 – Número de explorações agrícolas do Alentejo face às orientações técnico-económicas.

Localização Geográfica	Níveis de especialização				
	Culturas arvenses	Horticultura intensiva e floricultura	Vinha	Frutos frescos e citrinos	Olival
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
Alentejo	5888	1001	3823	1620	10610

Fonte: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0005821&contexto=bd&selTab=tab2

No setor pecuário é a criação de ovinos e aves que tem maior expressão, seguindo-se a bovinicultura (Figura 2) (INE, 2011a).

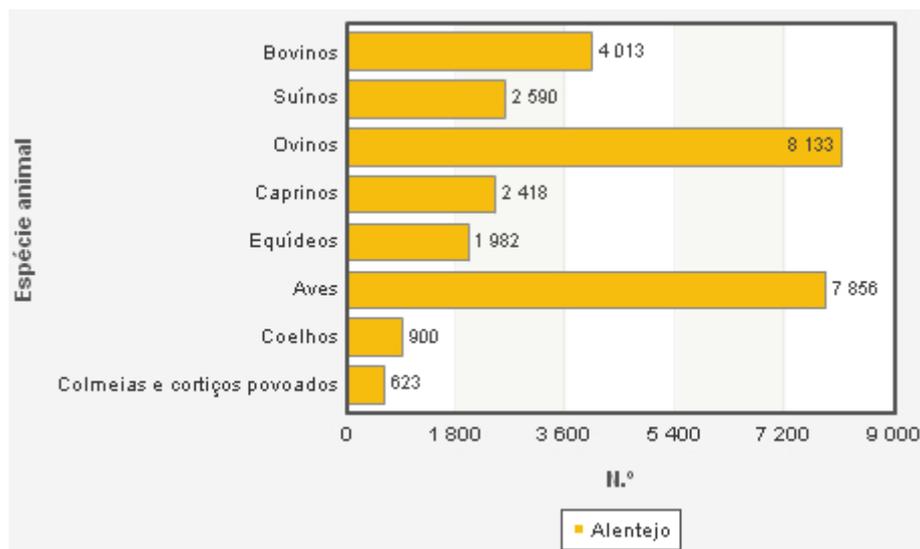


Figura 2 – Efetivo animal por espécie, na região Alentejana.

Fonte: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0004458&contexto=bd&selTab=tab2

São “fatores de rentabilidade” que determinam a orientação produtiva das explorações. A lógica subjacente a cada sistema de produção segue o quadro de apoios à produção ou à exploração que vigoram no momento (Fernandes *et al.*,2005).

Desta forma a bovinicultura e ovinicultura evoluíram de uma produção secundária em relação à dos cereais para uma predominância produtiva em grande parte da região alentejana (Fernandes *et al.*,2005).

Apesar de se produzirem mais ovinos do que bovinos no Alentejo, tem vindo a haver uma inversão da importância relativa de cada um dos grupos em favor dos bovinos, devido à sua menor exigência em trabalho especializado e ao maior valor dos apoios existentes (Fernandes *et al.*,2005).

É no Alentejo que o valor médio da Margem Bruta (€) por exploração agrícola é superior (Figura 3) (INE, 2008).

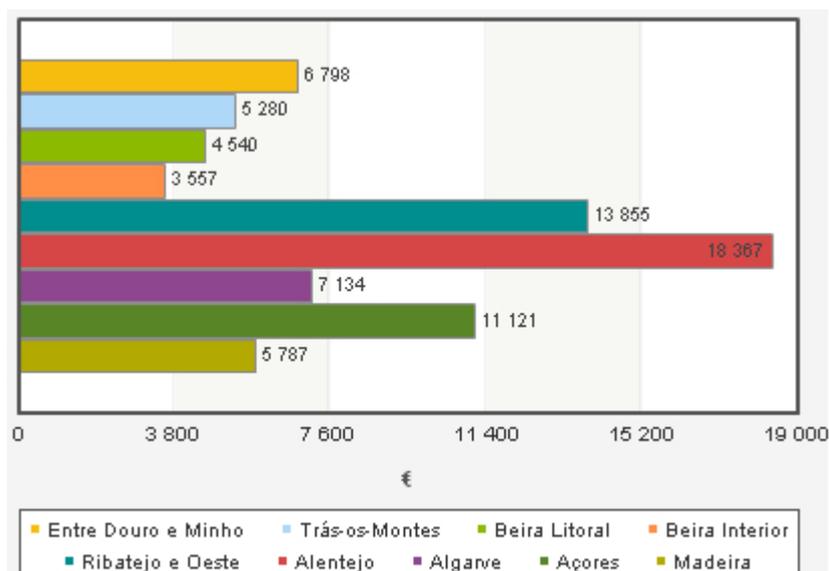


Figura 3 – Valor médio de Margem Bruta (€) por exploração agrícola e por região.

Fonte: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000053&contexto=bd&selTab=tab2

3.2. SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE BOVINOS NO ALENTEJO

Na região Alentejana a produção de bovinos ocorre fundamentalmente em regime extensivo. O gado alimenta-se essencialmente à base de pastagens e forragens (Freixial, 2009).

O nosso clima em termos qualitativos distingue-se por um Verão quente e seco e chuvas na estação fria (Feio, 1991). Assim sendo, este clima apresenta dois grandes inconvenientes para estes sistemas de produção. O primeiro prende-se com a ausência de precipitação em parte da Primavera e Verão, sendo que, em geral as chuvas insuficientes e irregulares desde Maio até Setembro. Sendo a conjugação entre temperatura e humidade o principal fator para a germinação, crescimento e desenvolvimento das plantas, o desencontro entre estes dois elementos no nosso clima condiciona a agricultura na estação quente por falta de humidade nos horizontes superiores

do solo. O segundo diz respeito ao facto da precipitação se concentrar na estação fria, principalmente de Novembro a Março, tornando-se até, muitas vezes excessiva, provocando encharcamentos. E mais uma vez, o problema resume-se à existência de água mas numa altura em que os dias são curtos e as temperaturas são baixas (Freixial, 2009).

Posto isto, as produções médias das pastagens nas nossas condições são muito irregulares, devido essencialmente a condicionalismos de natureza climática que permitem elevados níveis de produção em determinadas épocas do ano, em alternância com períodos de produção escassa ou mesmo nula (Freixial, 2009). No Inverno apesar da grande disponibilidade hídrica a oferta alimentar é escassa, condicionada pelas baixas temperaturas que não permitem o crescimento vegetativo. No início da Primavera, a humidade do solo ainda é razoavelmente elevada, o que em combinação com o aumento das temperaturas traduz-se num período de condições favoráveis ao crescimento e desenvolvimento vegetativo. É nesta altura que se concentra 65 a 85% da produção anual. No final da Primavera as espécies de plantas anuais terminaram o seu ciclo vegetativo com a formação de semente. As restantes, devido ao início do Verão (temperaturas elevadas e escassez de humidade no solo) acabam por secar e dar origem a pasto seco com baixo valor nutritivo. Por fim, no Outono, com temperaturas ainda amenas e a queda das primeiras chuvas criam-se condições para que haja germinação das sementes, começando assim um novo ciclo (Freixial, 2009). De 15 a 35% da produção anual é obtida entre o início das chuvas (Outono) e o mês de Fevereiro (ACBRP, 2008).

Nas pastagens de regadio, apenas no Inverno a disponibilidade alimentar é baixa, devido às baixas temperaturas que suspendem o crescimento vegetativo. Por haver disponibilidade hídrica, no Verão há também a possibilidade de manter a exuberância vegetativa da pastagem adquirida na Primavera (que será menor no verão devido a temperaturas, taxas de insolação e perdas por evapotranspiração, muito elevadas). No entanto, as pastagens de regadio têm como inconveniente o aumento dos custos de produção (aquisição e manutenção de infraestruturas de rega) e ao mesmo tempo há a necessidade

de também se ter que recorrer à suplementação alimentar dos animais durante o Inverno (Freixial, 2009).

Assim, esta irregularidade acentuada na produção de massa vegetal pratense devida aos condicionalismos climáticos, torna os sistemas de produção extensivos dependentes da suplementação dos efetivos durante algumas épocas do ano. Nos períodos de escassez alimentar as forragens conservadas são uma alternativa muito importante no planeamento alimentar neste tipo de sistema de produção animal (Freixial, 2010). Têm-se verificado que são cada vez maiores as preocupações com o manejo alimentar dos animais através de suplementações em quantidade e qualidade adequadas, de forma a melhorar a condição corporal e do mesmo modo as performances produtivas e reprodutivas (ACBRA, “s.d.” f).

Nestas condições de exploração, as raças autóctones revelam-se como um importante instrumento zootécnico, porque devido à sua rusticidade apresentam menores necessidades, para além de terem a capacidade de potencializar a utilização dos recursos naturais. Bem adaptadas ao meio, mesmo quando beneficiadas com touros de maior porte, apresentam boa capacidade maternal traduzida na facilidade de partos e no peso desmamado dos vitelos. Estas raças são muito utilizadas em cruzamento terminal, com o objetivo de aumentar de forma sustentada o potencial produtivo dos nossos sistemas de produção de bovinos de carne (Freixial, 2010).

3.3. RAÇAS DE BOVINOS PREDOMINANTES NA REGIÃO DO ALENTEJO

Raça Alentejana

O nome da raça está associado ao seu solar de origem e à região onde têm maior representatividade (ACBRA, “s.d.” e).

A conformação destes animais está perfeitamente relacionada com fatores ambientais e com o regime alimentar muito desequilibrado a que foram sujeitos ao longo dos anos (grande desenvolvimento dos cornos, região abdominal e estrutura óssea). A escassez alimentar durante o período de verão conduziu ao aumento da capacidade de ingestão de matéria seca e do volume de parte do aparelho digestivo (compartimentos gástricos) (ACBRA, “s.d.” d). As temperaturas elevadas obrigam a um aumento da circulação periférica, razão pela qual a raça apresenta uma barbela característica, proporcionando-lhes um aumento da área de permuta de calor entre o animal e o exterior (ACBRA, “s.d.” c; ACBRA, “s.d.” d). O mesmo motivo faz com que a raça possua uma caixa torácica mais desenvolvida de forma a permitir uma respiração mais lenta e profunda (Silveira (1972) citado por ACBRA “s.d.” c). Particularidades da raça estas que permitem aos animais suportar melhor as condições adversas a que estão sujeitos (ACBRA, “s.d.” d).

As principais zonas de dispersão da raça são os distritos de Portalegre, Évora, Beja e alguns concelhos do distrito de Setúbal (Figura 4) (ACBRA, “s.d.” c).

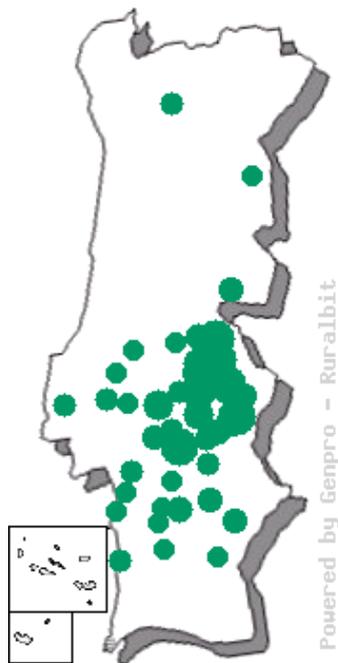


Figura 4 – Distribuição dos efetivos de bovinos Alentejanos em Portugal.

Fonte: <http://www.bovinoalentejano.com.pt/>

Características Produtivas e Reprodutivas:

Esta é das raças autóctones portuguesas a que representa maior porte e peso adulto mais elevado. Contudo, o peso dos animais ao nascimento não acompanha esta superioridade, mantendo-se com valores médios aceitáveis – 35,4 kg nos machos e 32,1 kg nas fêmeas (ACBRA, “s.d.” a).

Os animais nascidos no inverno, regra geral, possuem um peso ao desmame superior, por beneficiarem do ambiente favorável da Primavera. Contudo, o ambiente mais hostil do Verão e do Outono reflete-se numa irregularidade no peso ao ano de idade. Já os animais nascidos no Verão/Outono, por serem amamentados durante o período de Inverno apresentam um peso ao desmame inferior, ganhando depois no peso ao ano de idade, uma vez que a fase pós-desmame ocorre na Primavera (ACBRA, “s.d.” a).

Os animais abatidos ao abrigo do esquema de certificação apresentam uma carcaça de “razoável homogeneidade” (ACBRA, “s.d.” a).

As características da carcaça são, no entanto, condicionadas pela idade ao abate. A partir dos 22 meses o rendimento em carne começa a estabilizar e o aumento do peso da carcaça ocorre à custa de peças pouco valorizadas (ACBRA, “s.d.” a). Na Figura 5, podemos ver a proporção das diferentes peças da carcaça de bovinos Alentejanos.

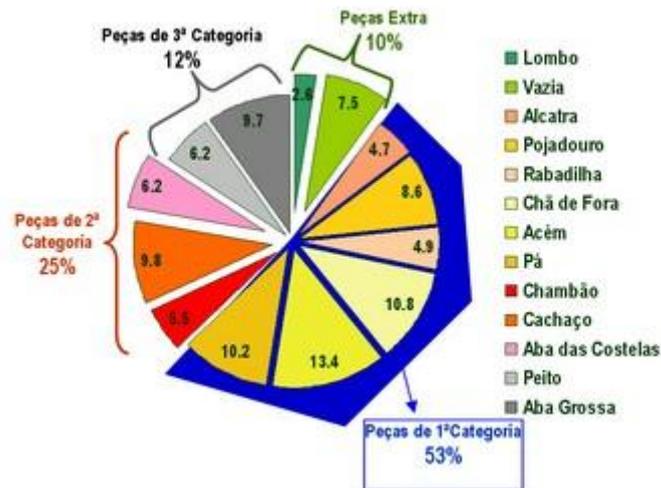


Figura 5 – Proporção das diferentes peças relativamente ao total de carne na carcaça de bovinos de raça Alentejana.

Fonte: <http://www.bovinoalentejano.com.pt/>

A idade média ao primeiro parto é de $36,5 \pm 7,4$ meses. O intervalo médio entre partos de 442 ± 137 dias (ACBRA, “s.d.” b).

As fêmeas são refugadas com cerca de 12 anos. Os machos na generalidade são utilizados entre os 4 e os 8 anos (ACBRA, “s.d.” b).

Na Figura 6 pode observar-se um exemplar da raça Alentejana.



Figura 6 – Exemplar da raça bovina Alentejana.

Fonte: <http://www.bovinoalentejano.com.pt/>

Raça Mertolenga

Foi Mértola, uma das mais antigas povoações da Lusitânia, que deu nome a esta raça, apesar de se manter a discussão acerca do seu local de origem ou solar, bem como, do grau de pureza, das raízes étnicas, da distribuição geográfica e da classificação da pelagem (ACBM, “s.d.” a).

É uma raça muito rústica, adaptada a ambientes edafoclimáticos severos, a que se deve o facto de ser um animal enérgico de tamanho e corpulência medianos (ACBM, “s.d.” c; ACBM, “s.d.” f).

A raça tem maior representatividade nos distritos de Évora, Beja, Santarém, Portalegre, Setúbal e Castelo Branco (ACBM, “s.d.” d).

Características Produtivas e Reprodutivas:

São pouco eficientes em termos de crescimento dos animais puros mas a raça é muito utilizada em cruzamentos terminais pelas boas características maternas (Tabela 3) (ACBM, “s.d.” b; ACBM, “s.d.” e). Em média um vitelo ao

desmame (205 dias) apresenta um peso 25% superior quando cruzado de Charolês e 15% superior quando cruzado de Limousine, em comparação com os animais de linha pura (ACBM, “s.d.” e).

Tabela 3 – Dados produtivos e reprodutivos da raça Mertolenga.

Avaliação genética da Raça Mertolenga 2010	Valor
Peso médio ao desmame (machos e fêmeas)	163,2 ± 37,1 kg
Intervalo entre partos	449 ± 140 dias
GMD em teste performance	935 ± 188 g/dia
Índice conversão em teste performance	6,21 ± 1,51 kg alimentos consumidos/kg ganho peso
Longevidade produtiva	104,8 ± 51 meses

Adaptado de: <http://www.mertolenga.com/conteudo.php?idm=82>

Uma vaca com peso médio de 380 kg consegue desmamar vitelos com 40,8% desse peso para animais puros, 46,7% para cruzados de Limousine e 53,6% para cruzados de Charolês (ACBM, “s.d.” e).

Na Figura 7 podem observar-se exemplares da raça Mertolenga.



Figura 7 – Exemplares da raça bovina Mertolenga

Fonte: <http://www.mertolenga.com/conteudo.php?cat=4&cat1=1&cat2=0&cat3=0&idioma=pt>

Raça Charolesa

É uma raça autóctone francesa (APCBRC “s.d.” a).

Caracteriza-se pela grande velocidade de crescimento e baixo índice de conversão de alimentos grosseiros, elevados rendimentos de carcaça e boa conformação morfológica em peças nobres (APCBRC “s.d.” b).

Geograficamente, a raça tem maior expressão nas regiões do Alentejo, Ribatejo e Açores (APCBRC “s.d.” c) (Figura 8).



Figura 8 – Distribuição dos efectivos de bovinos Charoleses em Portugal.

Fonte: http://www.charoles.com.pt/dist_geo.php

Características Produtivas e Reprodutivas:

A boa facilidade de partos é fruto da elevada pressão de seleção que tem vindo a sofrer nas últimas duas décadas (APCBRC “s.d.” b).

Segundo a APCBRC (“s.d.” b) a raça Charolesa apresenta performances produtivas superiores na precocidade sexual (14 meses), na taxa de fertilidade (91,9%) e prolificidade (106%) bem como grande capacidade de produção leiteira, a qual permite a maximização do potencial genético do vitelo.

Revela grande homozigotia para os caracteres de crescimento e morfologia (raça raceadora) razão pela qual é muito utilizada em cruzamentos

com o objetivo de aumentar a precocidade das raças tardias e aumentar rendimentos de carcaça (APCBRC “s.d.” b).

Na Figura 9 pode observar-se um exemplar da raça Charolesa.



Figura 9 – Exemplar da raça bovina Charolesa.

Fonte: http://www.charoles.com.pt/c_montemor2003.php

Raça Limousine

É uma raça autóctone francesa da região de Limousin (à qual deve o seu nome) e representa uma das principais raças de carne (ACL, “s.d.” a; ACL, “s.d.” c).

Existem efetivos desta raça em toda a extensão do nosso país mas com maior expressão no sudoeste Alentejano (ACL, “s.d.” b). A raça bovina Limousine terá sido importada pela primeira vez para Portugal nos anos 50, para a região do Alentejo. Desde esse momento foi perceptível a boa capacidade de adaptação destes animais aos sistemas de produção tradicionais da região (ACL, “s.d.” b).

Como prova disto, num estudo realizado pela Universidade de Évora (C. Roquete) em parceria com a Associação Portuguesa de Criadores da Raça

Bovina Limousine (ACL) (A. Samora, J. Bento e F. Veríssimo) – *Limousine Português no Sudoeste Alentejano: “La tranquillité d’esprit.”* – verificou-se que os valores produtivos desta raça em animais criados na região do sudoeste Alentejano foram elevados (Bento *et al.*, s.d.). Estes superaram mesmo os resultados apresentados na internet por um criador francês que é mais eficiente cerca de 5% em relação à média da população francesa controlada (face a dados de 2005) (Tabela 4).

Tabela 4 – Curiosidades entre o Limousine Português e o Francês.

Características do Controlo de Performances	Herd-Book Limousine Francês (2005)	ACL-Livro Genealógico Português (2005)	Limousine do Sudoeste Alentejano	Criador Francês de Limousine (FR12111187)
P120 (kg)	164	159	174	173 (n=103)
P210 (kg)	270	255	286	285
DM	59,4	59,2	62,9	62,1
DS	57,1	61,7	64,6	62,2

Legenda: P120 – peso do vitelo ajustado aos 120 dias que reflecte a capacidade maternal, como a produção de leite e o instinto maternal das fêmeas reprodutoras; P210 – peso do vitelo ajustado aos 210 dias que para além de ser indicador da capacidade maternal indica o potencial genético directo para a velocidade de crescimento; DM – desenvolvimento muscular; DS – desenvolvimento esquelético.

Fonte: <http://www.alentejolitoral.pt/Downloads/Ambiente/Limousine%20Português%20no%20Sudoeste%20Alentejano.pdf>

Como curiosidade... é exactamente na zona do sudoeste Alentejano que está sediada a ACL, mais precisamente em Odemira.

São a fácil adaptação a diferentes condições edafoclimáticas e a elevada docilidade e rusticidade desta raça que facilitam o seu maneio (ACL, “s.d.” a; ACL, “s.d.” c).

Uma característica de destaque desta raça sempre foi a facilidade de partos. Produzem animais pequenos ao nascimento (em média abaixo dos 40 kg) mas que crescem rapidamente nos primeiros meses de vida (com ganhos médios diários acima dos 1200 g) superando outras raças em peso e conformação (Voz do Campo, 2011).

A facilidade de partos aliada à elevada fertilidade e rusticidade da raça favorece a produtividade numérica. Segundo a ACL (“s.d.” c) por cada 100 fêmeas postas à reprodução em cada ano, facilmente se obtêm 95 bezeros desmamados.

Deste modo, atualmente é considerada uma das raças com melhores resultados em linha pura e no cruzamento com raças autóctones, dando origem a descendentes com performances superiores no crescimento, peso e rendimento de carcaça. O rendimento de carcaça elevado deve-se à perfeita associação entre um grande desenvolvimento muscular e a sua finura de osso (ACL, “s.d.” c).

Quando alimentados de forma adequada, os novilhos encontram-se prontos para serem abatidos aos 14/15 meses. Nesta idade, o peso de carcaça ronda os 350 kg e o seu rendimento é geralmente superior a 70% (ACL, “s.d.” c).

É por excelência uma raça que confere grande rendimento de carcaça e boa conformação em peças nobres, além de boa repartição da gordura intra e extra muscular, o que se traduz numa carne de elevado valor organolético (ACL, “s.d.” c).

Na raça Limousine distinguem-se 3 tipos morfológicos. A saber:

— O tipo “Boucherie” (Figura 10), onde se identificam os animais que possuem massas musculares bastante desenvolvidas e portanto com extraordinária conformação cárnica. Estes indivíduos são sempre mais pequenos e largos e, mais precoces (ACL, “s.d.” c);



Figura 10 – Exemplar da raça bovina Limousine tipo Boucherie.

Fonte: <http://casaagricoladovalefundo.blogspot.pt/2010/02/caracteristicas-da-raca-bovina.html>

— O tipo “Elevage” (Figura 11) que classifica animais de elevado desenvolvimento esquelético, menor conformação cárnica e crescimento mais tardio (ACL, “s.d.” c);



Figura 11 – Exemplar da raça bovina Limousine tipo Elevage.

Fonte: <http://casaagricoladovalefundo.blogspot.pt/2010/02/caracteristicas-da-raca-bovina.html>

— O tipo “Mixte” (Figura 12) do qual fazem parte a maioria dos animais desta raça. Morfologicamente este é um tipo intermédio entre o Boucherie (carne) e o Elevage (esquelético) (ACL, “s.d.” c).



Figura 12 – Exemplo da raça bovina Limousine tipo Mixte.

Fonte: <http://casaagricoladovalefundo.blogspot.pt/2010/02/caracteristicas-da-raca-bovina.html>

4. A NOVA REFORMA DA PAC – PAC PÓS- 2013

4.1. PERSPECTIVAS

Ao longo da evolução da PAC, esta tem-se adaptado às problemáticas do sector primário, no sentido da criação de medidas capazes de as solucionar ou pelo menos de as atenuar. Embora sejam reconhecidos os progressos e o êxito com que se realizaram os objetivos que lhe foram imputados, Lyon (2010) diz que futuramente, para fazer face a um contexto europeu e global em mudança, a PAC terá de enfrentar novos e prementes desafios e deve proporcionar um enquadramento para o futuro com base na estabilidade, previsibilidade e flexibilidade em tempos de crise.

Neste sentido, a CE (2010), Ferreira (2010) e Lyon (2010) defendem que as prioridades e principais desafios para a nova Reforma da PAC são, o conciliar a segurança do abastecimento alimentar com a sustentabilidade ambiental, satisfazer as necessidades económicas e sociais e, proporcionar benefícios em termos de bens públicos.

Em termos gerais, as perspetivas para esta nova política são:

Produção e Fornecimento de Alimentos

A procura mundial de alimentos está a aumentar e prevê-se que esta tendência se mantenha no futuro. É então necessário promover o aumento da produção agrícola, para fazer face a uma população mundial em constante crescimento. Assim, é imperativo manter e até melhorar a capacidade produtiva da UE (não só em prol dos seus cidadãos, mas também como contributo mundial) (Lyon2010).

Segurança Alimentar

Os consumidores da UE têm um grau de exigência elevado e querem produtos variados e de elevada qualidade que reflitam as normas rigorosas de segurança e qualidade impostas em matéria de fitossanidade e bem-estar animal (Lyon, 2010). Há portanto que viabilizar a produção no sentido de promover uma agricultura sustentável que ofereça produtos de qualidade e seguros (CE, 2010; Lyon, 2010).

Rendimento dos Agricultores

Diminuir as disparidades e assegurar um nível de vida satisfatório e equitativo entre os agricultores e cada Estado-Membro (CE, 2010; Lyon, 2010).

Ecologia

Desenvolver um sector agrícola baseado em práticas sustentáveis, na proteção do meio ambiente e no fornecimento de bens públicos (CE, 2010; Ferreira, 2010; Lyon, 2010).

Há a necessidade de desenvolver esforços e continuar a explorar as potencialidades deste setor para o adaptar no sentido de minimizar o problema das alterações climáticas e ambientais (CE, 2010).

Economia

Reduzir a volatilidade dos preços e do rendimento através da intervenção em disfunções como a vulnerabilidade a catástrofes naturais, elevado risco de instabilidade dos preços, a falta de elasticidade da procura, níveis médios de rendimento inferiores aos restantes setores de atividade económica, etc (Lyon, 2010). Um setor agrícola estruturado e forte é essencial para tornar mais competitiva a indústria alimentar e permitir que esta continue a ter um papel importante na economia e comércio de produtos agrícolas transformados da União Europeia (CE, 2010).

Segundo a CE (2010) a indústria alimentar representa 13,5% do emprego total e 12,2% do valor acrescentado bruto da indústria transformadora

européia. As exportações de produtos agrícolas transformados são 6,8% das exportações totais da UE (CE, 2010).

Equilíbrio Territorial

A agricultura representa em grande parte a coesão económica e social das zonas rurais (CE, 2010; Ferreira, 2010).

O sector agrícola desempenha um papel muito importante na manutenção das populações nos territórios rurais, porque em muitos casos continua a ser o principal impulso económico. Não só diretamente mas também porque gera outras atividades associadas à indústria agroalimentar, ao comércio e ao turismo (CE, 2010).

4.2. PRINCIPAIS OBJECTIVOS

Vistos os desafios com que a futura PAC se confronta, segundo a CE (2010) os principais objetivos a atingir são:

- Promover o fornecimento de produtos agrícolas variados e de qualidade, produzidos ao abrigo de normas rigorosas que respeitem os requisitos em matéria de segurança alimentar e saúde, ambiente, bem-estar animal e fitossanidade;

- Diminuir a instabilidade dos rendimentos agrícolas, uma vez que neste setor os níveis de rentabilidade dos empresários são em média inferiores aos dos empresários dos outros setores, existindo uma maior exposição às condições naturais e uma mais acentuada volatilidade dos preços;

- Promover inovação no setor e um aumento da competitividade, de forma a permitir que os agricultores europeus tenham capacidade de fazer face à concorrência dos mercados mundiais;

– Garantir o uso dos recursos, práticas e sistemas de produção sustentáveis;

– Incentivar o crescimento ecológico e o fornecimento de bens públicos, nomeadamente ambientais;

– Continuar a promover ações de adaptação e/ou de diminuição das alterações climáticas, visto este setor ser particularmente vulnerável ao impacto das mesmas;

– Assegurar a viabilidade das comunidades rurais, principalmente nas regiões de maior risco de abandono das terras, devido a determinadas condicionantes naturais, compensando as dificuldades de produção nestas zonas;

– Melhorar as condições de vida nas pequenas explorações, apoiando a disseminação dos vários sistemas de produção agrícola que contribuem para a identidade e se tornam atrativos das regiões rurais;

– Promover a diversificação, permitindo aos agricultores explorarem o seu potencial, mantendo o setor agrícola dinâmico e competitivo e assim, gerar emprego e evitar o abandono das zonas rurais.

A CE (2010) sugere que os objetivos estejam divididos em três grupos: “Produção alimentar viável”, “Gestão sustentável dos recursos naturais e alterações climáticas” e “Desenvolvimento territorial equilibrado”, constituindo estes **os três principais objetivos** para a futura PAC.

4.3. INSTRUMENTOS

A CE (2010) lança três opções gerais com carácter indicativo de caminhos possíveis da futura PAC.

A Opção 1 apenas estabelece alterações graduais do quadro político vigente, centrando-se em aperfeiçoamentos e ajustes às novas necessidades.

A Opção 2 é a que prevê uma reforma mais intensiva da PAC, objetivando medidas mais orientadas, sustentáveis e equilibradas.

A Opção 3 está focada essencialmente nas questões ambientais e em minimizar as alterações climáticas e está mais distanciada das medidas de mercado e de apoio ao rendimento.

A CE (2010) refere que os instrumentos da nova PAC estão centrados em três áreas fundamentais: Pagamentos Diretos, Mecanismos de Mercado e Desenvolvimento Rural. Neste enquadramento e em termos gerais:

— Prevê-se que o RPU venha a perder dimensão e seja criada uma linha de apoio de base. Este valor será complementado com ajudas à produção – para receber os apoios ter-se-á obrigatoriamente que produzir.

— Há a intenção de favorecer os agricultores que desempenham práticas culturais amigas do ambiente – Pagamentos Diretos “*greening*”.

— Pretende-se reforçar com novos pacotes de medidas as ajudas aos jovens agricultores, os apoios à pequena agricultura e os apoios para quem pratica agricultura em zonas desfavorecidas.

— Objetiva-se a criação de um limite máximo para o valor dos Pagamentos Diretos no âmbito da equidade ao nível destes apoios entre cada país da UE e entre os agricultores de cada país – Princípio de Convergência.

Em consideração às propostas da CE para a PAC pós-2013, o Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território (MAMAOT), elaborou uma “Nota de Apoio” onde emitiu um parecer, o qual se refere a seguir.

Face aos **Pagamentos Diretos**, a CE prevê a adoção do princípio da convergência, aproximando o nível de apoio de cada país à média da UE e entre os agricultores de cada país. O MAMAOT (2011) diz que esta proposta é

pouco ambiciosa no que toca aos apoios entre os Estados-Membros, uma vez que projeta somente uma aproximação de um terço da diferença relativamente à média europeia e que será algo a ocorrer a longo prazo. Já em relação aos apoios dentro de cada país, a proposta parece ser bem mais ambiciosa, objetivando uma ajuda uniforme já em 2019.

Outra proposta é a introdução de um novo sistema de apoios ao rendimento partindo de uma ajuda uniforme de base, a qual pode ser acrescida por vários prémios. O de maior interesse é um pagamento para quem adote práticas culturais não suscetíveis de fragilizar o ambiente. Não menos importante será um possível pagamento ligado. O MAMAOT (2011) destaca a necessidade de avaliar onde e de que forma se devem manter os pagamentos parcialmente ligados em Portugal.

Propõe também a criação de um regime simplificado de pagamentos diretos para as explorações de pequena dimensão, proposta que é vista com bons olhos, sendo a pequena agricultura estruturante das zonas rurais.

Para atribuir ajudas diretas aos “Agricultores Ativos” a CE refere que estes devem ser identificados como tal (agricultor ativo) com base em dois critérios. O primeiro estabelece um peso mínimo de 5% dos pagamentos diretos face às receitas não agrícolas do beneficiário. Este critério carece de eficácia e adequação no controlo administrativo que será sempre complicado. O segundo obriga a que haja manutenção de atividade agrícola na exploração, o que se revela um enorme contributo para evitar o abandono das terras e das zonas rurais.

Em referência aos **Mecanismos de Mercado**, Portugal destaca com nota positiva a proposta da manutenção das medidas existentes, justificando com a importância de manter segurança nos preços em caso de crise.

É também favorável à proposta do alargamento das regras referentes a Organizações Interprofissionais (funcionamento da cadeia alimentar). Contudo, afirma que a este nível a CE deverá ser ainda mais ambiciosa.

No que diz respeito aos direitos da plantação de vinha e a quotas leiteiras, Portugal partilha com o Parlamento Europeu a convicção de que a Comissão devia assumir uma posição mais prudente para a evolução futura destes sectores.

Relativamente ao **Desenvolvimento Rural** a CE refere o estabelecimento de apoios a linhas de crédito, a introdução de mecanismos de gestão do risco na PAC, o apoio à formação de novas organizações de produtores e a inclusão de um pacote de medidas para jovens agricultores. Estas medidas são tomadas como positivas a nível nacional.

Portugal considera negativa a exclusão do regadio como medida elegível para o Desenvolvimento Rural.

O MAMAOT (2011) finaliza dizendo que apesar dos elementos positivos de algumas propostas para o setor agrícola nacional, existem outras que certamente vão constituir um desafio negocial para Portugal.

5. MATERIAIS E MÉTODOS

5.1. MATERIAIS

5.1.1. Caracterização da Exploração

A Herdade de Miradouros de Cima tem uma área de 112,19 hectares (Parcelário) e localiza-se na freguesia de Santiago do Escoural, concelho de Montemor-o-Novo.

A terra, caracterizada pela sua aptidão silvo-pastoril, é explorada pelo proprietário, que se dedica à produção e criação, em regime extensivo, de gado bovino destinados ao abate e à venda de reprodutores. Os efetivos são de raça Limousine, puros e cruzados. A produção forrageira ocupa toda a área disponível da propriedade.

A terra afeta à atividade agrícola totaliza uma área de 110,68 hectares, sendo a restante ocupada pela área social, caminhos e construções. A propriedade encontra-se completamente vedada no seu limite exterior e está dividida interiormente em 13 parques distintos.

Na medida em que toda a atividade está vocacionada para a exploração e produção animal, foram criadas as infraestruturas imprescindíveis para o efeito, a saber:

- Um pequeno curral associado a uma manga (que apesar de móvel se encontra fixada e permanentemente no mesmo local) utilizados no maneo dos efetivos, tratamentos sanitários, carga e descarga;
- Um pavilhão construído em 2002, com uma área de 300 m² e situado junto à área social, que se destina à armazenagem de fatores de produção e ao abrigo de utensílios e equipamentos inerentes à atividade.

As referidas parcelas estão beneficiadas com uma rede subterrânea de condutas de água que permitem o fornecimento aos bebedouros de abastecimento automáticos, disponíveis em todas as cercas.

A referida propriedade conta também com a existência de uma habitação que constitui a residência do empresário agrícola (área social) e seis poços distribuídos pelos parques. Somente um deles abastece toda a propriedade, não sendo os restantes utilizados atualmente, estando por isso cobertos para proteção.

Esta exploração possui um conjunto de máquinas e equipamentos, discriminados na Tabela 5, utilizados nos trabalhos inerentes à atividade agropecuária.

Tabela 5 – Máquinas e Equipamentos pertencentes à Herdade dos Miradouros de Cima.

MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	
Designação	Caracterização
Trator “New Holland 70/66”	70 cv – forquilha e balde (fornece o reboque misturador; pequenos trabalhos de manutenção)
Trator “New Holland TS100”	100 cv – força de tração (reboque misturador e alfaías)
Carregador Frontal	a acoplar às forquilha e ao balde - fornece mat. primas para preparação no reboque misturador
Forquilha para Carregador Frontal	
Reboque	basculante; capacidade para 5 ton
Grade de Discos	hidráulica com 20 discos; 2,50 m
Reboque Misturador “Sgariboldi”	capacidade de 13 m ³
Distribuidor Centrífugo	capacidade de 600 kg
“Tomix”	cap. 400 L; para desparasitação externa dos animais
Manga Bovinos	
Bomba Elétrica	3 cv
Balança	pesagem de animais p/ efeitos de classificação ou orientação do peso antes do abate (tara: 1000 kg)
Comedouros	capacidade para 150 kg
Bebedouros	capacidade para 500 L
Cancelas para Manga	dimensão de 3 m / 2 m

5.1.2. Caracterização do Sistema de Produção

Produção de Bovinos

A produção de bovinos para abate e para venda de reprodutores, constitui a atividade quotidiana da exploração. Como já referido anteriormente, os animais são de raça Limousine, puros e cruzados.

Os reprodutores de Limousine desta exploração encontram-se todos registados no livro da raça e os seus produtos estão controlados, pontuados e certificados pela Associação Portuguesa de Criadores da Raça Bovina Limousine (ACL), à qual o empresário agrícola está associado.

O efetivo reprodutor (nos anos em análise e em média) é constituído por 80 fêmeas (com idade média de 7 anos) e 1 macho (que foi substituído no final de 2009).

A vacada é composta por aproximadamente 60% de animais de linha pura e os restantes 40% correspondem a uma grupo que contempla animais cruzados com raças autóctones e animais puros embora sem registo no livro da raça. O grupo dos animais cruzados é composto por fêmeas todas elas com mais de 75% de Limousine.

Das cerca de 50 reprodutoras de linha pura, 24 foram adquiridas em França, assim como os touros que têm vindo a ser utilizados.

Todos os anos se guardam para reprodução as fêmeas necessárias para substituir as vacas que fundamentalmente vão atingindo a idade de 12/13 anos e vão sendo refugadas.

A taxa de insucesso produtivo (abortos, morte de vitelos ao nascimento e morte de vitelos antes de completar 1 mês de idade) situa-se na ordem dos 2 a 3%.

A produção animal faz com que toda a exploração da terra seja orientada em função da atividade pecuária e no sentido da melhoria da capacidade forrageira.

Da área explorada, 51,58 ha correspondem a um coberto vegetal de pastagens permanentes de trevos subterrâneos e 58,42 ha de pastagens semeadas (sendo que, em média, 28,22 ha constituem uma zona de pousio e 30,20 ha são aproveitados através do corte para fenação), compostas por uma gama de espécies anuais de leguminosas e gramíneas, a fim de proporcionar um alimento o mais completo possível, rico em energia e proteína. A totalidade das culturas é produzida em regime de sequeiro.

A utilização das pastagens permanentes é gerida em função das suas capacidades produtivas e das condições do solo para suportarem o pisoteio dos animais, tendo como objetivo a manutenção e preservação das mesmas, de modo a assegurar o fornecimento de alimentos grosseiros aos animais em quantidade e qualidade e limitando o mais possível a compra de matérias de consumo ao exterior. Assim, o pastoreio realiza-se de modo a que os ajustes na carga animal sejam compatíveis com o crescimento e desenvolvimento das plantas ao longo do ano, apesar de na maioria das vezes os objetivos de maximização das respostas de plantas e animais individualmente, são competitivos e antagónicos.

As práticas inerentes à produção e à manutenção das pastagens são desenvolvidas de acordo com aconselhamento e acompanhamento técnico e especificidade de cada situação.

Produção de Cortiça

Esta exploração apresenta um revestimento arbóreo constituído por um montado de sobro e azinho (com predominância do sobreiro) do qual, em cada ciclo produtivo, o empresário obtém aproximadamente 5.000 arrobas de cortiça. A última extração de cortiça verificou-se em 2003, sendo a próxima em 2012.

O montado está em grande parte associado aos prados de trevo anteriormente referidos, pelo que a gestão destas áreas se faz em conjunto, uma vez que ambas são tecnicamente compatíveis, nomeadamente pela utilização de fosfatos que beneficiam não só os prados como também o montado.

Desta considerável componente vegetal, resulta a extração de cortiça realizada numa “tirada” única a cada 9 anos. Os proveitos gerados por esta atividade são contabilizados unicamente nos exercícios em que a venda da cortiça se verifica, determinando resultados positivos mais elevados nas contas de exploração desses anos. Porém, o rendimento obtido da atividade florestal é repartido uniformemente pelos 9 anos que medeiam entre cada extração de cortiça (equilibrando as contas anuais).

É prática corrente da exploração a realização de contratos de permuta para a limpeza e poda das árvores. O pessoal que realiza o serviço é remunerado com a lenha que se obtém, pelo que não são contabilizados quaisquer custos ou proveitos destas tarefas.

Do mesmo modo, a manutenção do arvoredo está totalmente associada à manutenção dos prados, não acarretando por isso custos acrescidos para o agricultor.

Em conformidade, os resultados gerados com a atividade florestal decorrem unicamente da diferença entre os proveitos da venda da cortiça e os custos de mão-de-obra e seguros necessários na extração desta. Tendo em conta a valorização da cortiça nos últimos anos e estimando os custos da sua extração, prevê-se a obtenção de um rendimento líquido de 14.000 euros/ano o que, consolidado com os resultados obtidos nos anos em análise, contribuiria para a obtenção de resultados positivos em todos os exercícios.

5.2. MÉTODOS

À data de início da realização deste trabalho e da recolha dos dados necessários ao mesmo (2011) o ano ainda não tinha terminado e portanto as contas inerentes à contabilidade da empresa em questão não estavam fechadas. Assim sendo, decidiu-se trabalhar com os dados do ano transato, 2010.

O facto da atividade agrícola estar muito exposta a condicionalismos de natureza edáfica e climática, concorre para a existência de constantes irregularidades produtivas. Deste modo, para atenuar resultados provenientes de possíveis anos de exceção na contabilidade da exploração, este estudo foi elaborado com valores de três anos consecutivos (valor médio), de 2008 a 2010. Pareceu suficiente serem analisados apenas três anos porque a heterogeneidade produtiva não era significativa.

A avaliação da situação económica desta empresa agrícola foi feita com base em Orçamentos de Atividade. Estes refletem a Estrutura dos Custos e dos Proveitos da mesma. Relativamente à Estrutura dos Custos, foi realizada uma abordagem a três tipos de custo: Despesas, Custos Reais e Custos Completos, sendo consideradas as rubricas Mão-de-Obra, Alimentos, Outras Despesas, Amortizações e Custos de Oportunidade do Capital. À Estrutura dos Proveitos dizem respeito as receitas geradas pela venda dos Produtos Principais, sendo estes os vitelos vendidos como reprodutores e para abate, a venda dos Produtos Secundários, nomeadamente as vacas refugadas que vão para abate e as receitas geradas pelos Subsídios.

As despesas fazem referência aos fluxos de caixa negativos (€) que resultam da compra de fatores de produção. A rubrica “Alimentos” engloba os alimentos autoutilizados e os alimentos comprados. Os alimentos comprados referem-se às aquisições no exterior que dizem respeito à compra de rações e de palha utilizada na alimentação do gado com o objetivo de equilibrar o aporte de matéria seca na dieta animal.

Os consumos de rações pelos diversos grupos de animais caracterizam-se da seguinte forma:

— Os bezerros destinados ao abate são os que fazem menor despesa, porque apesar de terem sempre à disposição alimentos compostos (ração) são vendidos entre os 7 e os 8 meses, sendo até então alimentados com leite das progenitoras. Assim, consomem ração durante um curto período (cerca de 2 meses) e em quantidades reduzidas, dado o seu tamanho e peso e o facto de beneficiarem do aleitamento materno.

— Os animais destinados à venda como reprodutores consomem bastante mais quantidade, cerca de 6 kg por dia a partir dos 7 meses. Uma vez que as fêmeas são vendidas entre os 8 e os 18 meses e os machos entre os 12 e os 18 meses, o consumo total de cada animal é variável de acordo com a idade com que sai da exploração, representando no entanto sempre um período mínimo de 3 e máximo de 13 meses.

Os encargos com os alimentos autoutilizados resultam das adubações de Primavera e das sementeiras e adubações de Outono/Inverno que houve necessidade de efetuar com o intuito de manter a pastagem permanente e instalar a pastagem semeada e de aumentar a capacidade forrageira da exploração. Também resultam da aquisição dos serviços de corte e enfardação inerentes à produção de forragens conservadas. Anualmente produzem-se cerca de 176 toneladas de alimentos conservados (cerca de 30% de feno e 70% de feno-silagem).

Os trabalhos desenvolvidos nesta exploração agrícola estão mecanizados na sua quase totalidade, pelo que os custos com “Mão-de-Obra” relevados na demonstração dos resultados se referem aos encargos com um trabalhador indiferenciado. Estão aqui englobados os salários, subsídios de férias e Natal, encargos com Segurança Social e seguro de acidentes de trabalho. Esta rubrica contempla também uma remuneração atribuída ao empresário pelo seu trabalho de gestão.

A rubrica “Outras Despesas” diz respeito à assistência veterinária, à energia, reparações e conservações, e à tração. A assistência veterinária traduz-se na prestação de serviços pelos veterinários aquando do acompanhamento sanitário (controlos sanitários oficiais obrigatórios) dos animais, bem como no tratamento de alguns episódios patológicos. O custo

com a energia refere-se aos consumos da iluminação nos anexos agrícolas e principalmente com a bomba elétrica para abastecimento de água nos bebedouros, com elevada frequência de utilização. À reparação e conservação cabem os encargos com a manutenção dos bens necessários à atividade. Por fim, a tração expressa o montante gasto em combustível face às necessidades de potência exigidas por cada atividade/alfaia.

Os Custos dizem respeito a fluxos negativos, necessários para a atividade produtiva. Representam o consumo de recursos.

Os Custos Reais são aqueles que possuem significado contabilístico e portanto referem-se às despesas e amortizações. Denominam-se amortizações os custos que traduzem a depreciação do valor dos bens de capital (pelo desgaste, uso, desatualização tecnológica...) permitindo a sua contabilização anual, a possibilidade de substituir tais bens no final da sua vida útil. As amortizações são um dos custos mais importantes, na medida em que garantem fundos indispensáveis ao investimento em capital fixo e deste modo a sustentabilidade económica do sistema de produção. Porém, o prazo de amortização dos ativos fixos corpóreos é definido em função de critérios contabilísticos/fiscais nem sempre coincidentes com os prazos de vida útil desses ativos. Assim, ao nível das amortizações, calculou-se o seu valor tendo em conta o período de vida útil espectável e o grau de utilização dos ativos fixos corpóreos, em detrimento do utilizado na contabilidade da exploração. Deste modo, consoante a utilização destes recursos na actividade agrícola, assim foi distribuído o valor das amortizações por cada grupo de animais. Não foram considerados valores residuais para qualquer item.

Para além dos encargos que possuem significado contabilístico (encargos Reais) existem na exploração agrícola custos implícitos, denominados Custos de Oportunidade. Estes não fazem parte da contabilidade, sendo considerados numa análise económica mais ampla. Estes custos traduzem-se no valor associado às receitas que poderiam ter sido obtidas em termos de uma alternativa renunciada, isto é, a escolha de

determinada alternativa impossibilita usufruir dos benefícios que outras alternativas podiam proporcionar, caso “aquela” decisão particular não tivesse sido tomada.

Deste modo, existem custos que não fazem parte da contabilidade da empresa e que são relativos ao uso de recursos em detrimento de utilizações alternativas. São custos sem correspondente tradução ao nível da tesouraria, devido à ausência de proveitos.

Consideram-se Custos Atribuídos os Juros sobre o Capital Agrícola (investido) e o Valor Locativo da Propriedade.

O Capital Agrícola corresponde ao conjunto de bens disponíveis para uso na produção. Da utilização do Capital Agrícola resultam custos que se traduzem na remuneração dos meios utilizados para o funcionamento da exploração, designados por Juro, Renda ou Empate de Capital. Neste caso concreto, os bens foram adquiridos com capitais próprios, pelo que foram determinados os custos atribuídos aos juros do capital, como sendo a remuneração alternativa da aplicação desses capitais na banca comercial.

A remuneração do capital é calculada em função de uma taxa – taxa de juro – que reflete o período de empate do capital e a incerteza que lhe é associada.

Para o cálculo dos Juros assumiu-se como Capital: i) o valor que os bens teriam a meio da sua vida útil, quando se tratam de imobilizações de longo prazo, ou, ii) o valor que corresponde a metade do período de utilização do bem, quando se trata de imobilizações de curto prazo (Capital Circulante), por se admitir que a utilização dos bens é homogénea ao longo do ano.

As definições dos diferentes tipos de Juros e bens (Capital Agrícola) correspondentes são os seguintes:

— Juros do Capital Circulante: O valor do Capital de Exploração Circulante corresponde aos bens consumíveis que se transformam facilmente, nomeadamente produtos e fatores existentes em armazém e produtos inacabados (ainda não vendidos ou consumidos).

— Juros do Capital Fixo: O Capital de Exploração Fixo é o ativo imobilizado da Exploração, ou seja, o conjunto dos bens de produção de carácter duradouro, que não se consomem a cada ciclo produtivo. Subdivide-se em Capital Fixo Vivo e Capital Fixo Inanimado, considerando-se Capital Fixo Vivo o efetivo pecuário da exploração e Capital Fixo Inanimado o conjunto de máquinas e equipamentos da mesma.

— Juros dos Melhoramentos Fundiários: Os Melhoramentos Fundiários correspondem a toda e qualquer alteração que facilite a utilização da propriedade e/ou promova o aumento do seu valor. Na exploração em estudo, os melhoramentos fundiários respeitam às cercas que delimitam a propriedade e a dividem em vários parques e aos prados permanentes.

— Juros das Construções: Consideram-se como construções desta exploração as estruturas que foram edificadas com a finalidade de apoiar a atividade agrícola. É o caso do pavilhão multiusos.

Decidiu-se ainda considerar como custo atribuído o valor locativo da propriedade. Ao optar por explorá-la diretamente ao invés de a arrendar a terceiros, o proprietário perde a possibilidade de usufruir do valor da renda. Tendo por base o valor das rendas praticadas na região para as propriedades com características semelhantes, estabeleceu-se 5.000€ para o valor da renda anual.

Os Proveitos dizem respeito aos fluxos de caixa positivos (€) que advêm da atividade produtiva da exploração. Neste caso, resultam da venda dos animais para abate e para reprodução, e dos Subsídios à Exploração.

A política de vendas da exploração determina que os animais registados sejam destinados prioritariamente à venda como reprodutores. No entanto, só são vendidos como reprodutores os animais que apresentam as performances indispensáveis à garantia de qualidade estabelecida pelo produtor. Os machos aprovados para reprodutores são vendidos geralmente a partir dos 12 meses,

com valor unitário de referência de 2.000 € (certificação no 1º escalão), enquanto as fêmeas aprovadas para reprodutoras são vendidas a partir dos 8 meses, com o valor unitário de referência de 1.000 € (a estes valores há que acrescer o IVA à taxa em vigor na data da venda).

Os animais vendidos para abate têm um preço de referência de 4 €/kg de carcaça até aos 12 meses de idade e de 3,50 €/kg dos 12 aos 30 meses. Nesta exploração, os vitelos saem com 7 a 8 meses e o rendimento de cada um dos animais é sempre superior a 600 €.

Em média, 28% dos animais são vendidos como reprodutores e 72% para abate. As vacas, ao atingirem a idade de 12/13 anos são refugadas e também elas vendidas para abate a 1 €/kg de peso vivo.

Os subsídios à exploração mais significativos respeitam às rubricas de Vacas Aleitantes, em que o empresário agrícola recebe 205 € por animal/ano, e RPU associados a 111,66 direitos (19.086,53 €/ano). Aufere ainda um prémio ao abate de 50 € por animal.

Com menor expressão, mas ainda no âmbito dos subsídios à exploração, são de mencionar as indemnizações compensatórias relativas a subvenções às explorações de pequena dimensão (1.670,48 €/ano) recebidas desde 2009 e o subsídio referente às Agroambientais, cujo contrato expirou na campanha de 2008. Prevê-se a contratualização de um novo esquema de apoio nesta área a partir de 2011.

Para analisar os resultados económicos recorreu-se a dois indicadores económicos, as Margens e a Taxa de Rentabilidade Global dos Fatores. Estes indicadores dão indícios/denunciam a situação da empresa numa perspetiva de aferição da sustentabilidade da mesma.

As Margens estabelecem a diferença entre o custo do produto para o produtor/vendedor e o preço para o comprador, sendo portanto a quantia que o vendedor faz na venda. Foram consideradas a Margem de “Caixa”, a Margem “Real” e a Margem “Completa” quando aos proveitos foram deduzidas as Despesas, os Custos Reais e os Custos Completos, respetivamente. Este

indicador económico corresponde ao saldo com que se fica depois de retirar as Despesas ou, os Custos Reais ou, os Custos Completos e transmite deste modo a indicação mais direta da quantia que a exploração está a ganhar como resultado imediato da sua atividade.

A Taxa de Rentabilidade Global dos Fatores, representa a margem que se obtém por cada unidade utilizada (fatores de produção) no processo produtivo. Este valor foi obtido através da operação de divisão da Margem Completa pelos Custos Completos (x100) porque em rigor devem ser tidos em conta todos os componentes das Estruturas dos Proveitos e dos Custos.

Pareceu conveniente realizar uma abordagem aos resultados obtidos que fosse para além da avaliação global da atividade económica. Deste modo, dividiram-se os animais em três grupos de análise, nomeadamente vacada mais touro, animais para abate e animais para venda como reprodutores. Consegue-se assim, um melhor entendimento da situação técnica e económica desta empresa agrícola.

No sentido de tornar mais efetivo este trabalho, aos Orçamentos de Atividade realizados decidiu-se acrescentar o montante do subsídio referente ao RPU a que o empresário agrícola tem direito, e assim perceber de que forma são afetadas as Contas de Exploração face à presença ou ausência de apoios à atividade agrícola.

No contexto da PAC pós-2013 e face às perspetivas desta nova Reforma, aos mesmos Orçamentos de Atividade foram retirados os valores que diziam respeito a subsídios auferidos pelo empresário agrícola e substituídos pelo montante que se supõe ser o valor do novo subsídio, 150 €/ha. Este valor foi estimado por Fernandes *et al.* (2012) como o montante correspondente a uma ajuda direta que diz respeito àquele que será o apoio ao rendimento dos produtores, previsto no enquadramento da nova reforma da PAC. Foi então que houve a possibilidade de prever a situação futura desta atividade e empresa agrícolas.

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

6.1. ESTRUTURA DOS PROVEITOS

Pela análise da Estrutura dos Proveitos da exploração verificou-se que com esta atividade económica o empresário agrícola consegue anualmente um montante no valor de cerca de 92.446,00 €, resultante da venda dos produtos e do valor dos subsídios associados à produção dos bovinos (subsídio à vaca aleitante e prémio ao abate) a que tem direito (Figura 13).

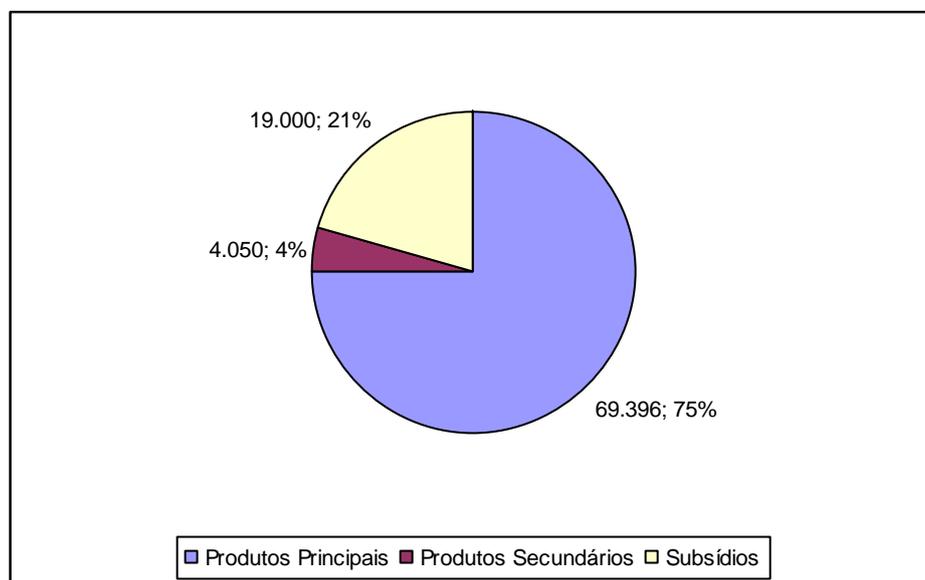


Figura 13 – Principais rubricas que constituem a **Estrutura dos Proveitos (€;%)** da atividade agrícola da exploração em questão.

A venda dos produtos totaliza a quantia de 69.396,00 €, dos quais 33.696,00 € provêm dos animais destinados ao abate e os restantes 35.700,00 € dos animais que são vendidos como reprodutores.

As vacas que vão sendo refugadas são vendidas para abate, o que permite ao agricultor somar mais 4.050,00 €.

Dos subsídios inerentes à produção de bovinos, 16.400,00 € dizem respeito ao prémio às Vacas Aleitantes e 2.600,00 € ao prémio ao abate. Assim

sendo, os subsídios atribuídos ao agricultor pela produção de bovinos contribuem com 19.000,00 € por ano para a Estrutura dos Proveitos da exploração.

A observação da Figura 14 marca essencialmente a diferença que existe entre os montantes que dizem respeito às vendas dos produtos principais.

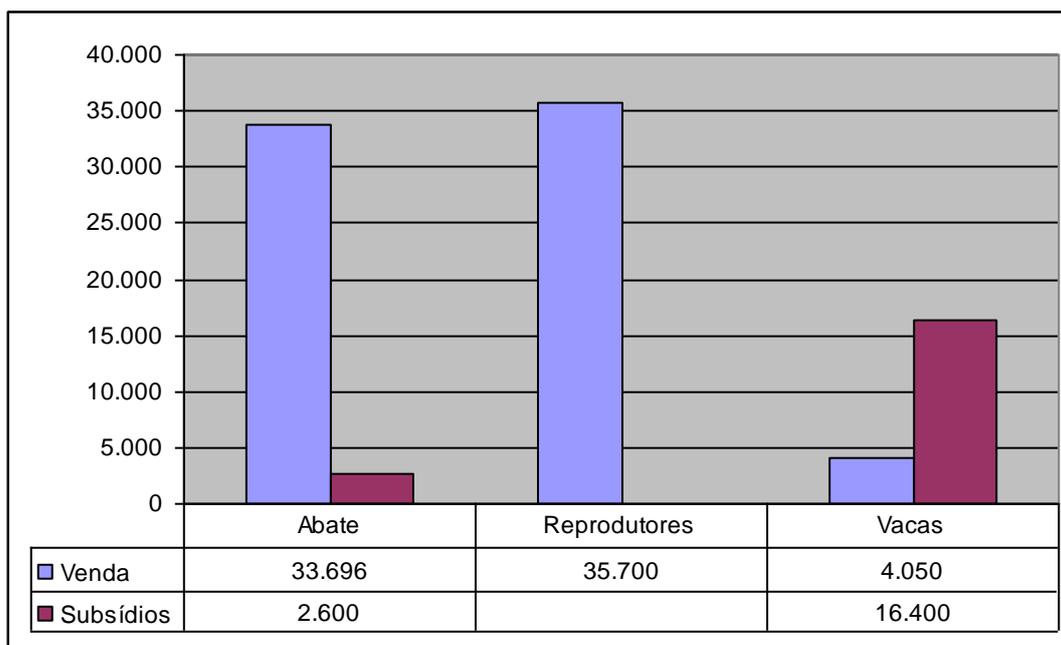


Figura 14 – Valores de cada um dos **Proveitos (€) gerados pela produção de bovinos**, discriminados por cada grupo de animais.

Os proveitos gerados com a venda de animais estão relacionados, não com a quantidade total de animais vendidos, mas antes com o destino final de cada um – reprodução ou abate. Assim sendo, fica patente a vantagem que constitui para a exploração a venda de animais como reprodutores, uma vez que se obtém um rendimento muito superior ao obtido com os que se destinam ao abate. Essa valorização é tanto mais evidente porque, resulta não só do facto dos reprodutores representarem uma mais-valia natural em termos de preço, como pelo facto de serem vendidos com bastante mais idade que os animais destinados ao abate.

6.2. ESTRUTURA DE CUSTOS

6.2.1. Tipo de Custo: Despesas

Considerando somente as despesas inerentes à produção dos bovinos, o empresário gasta anualmente cerca de 69.826,10 € (Figura 15).

É ao custo com a alimentação dos animais que corresponde a parcela com maior representatividade (78%) nas despesas da exploração. Este deve-se aos preços elevados das rações, sementes e adubos (alimentos autoutilizados) praticados atualmente.

A mão-de-obra tem também um peso considerável na estrutura dos custos da exploração, uma vez que representa 17% das despesas.

É a rubrica “Outras Despesas” a de menor relevância para o agricultor, sendo que está associada apenas a 5% dos custos desta atividade económica.

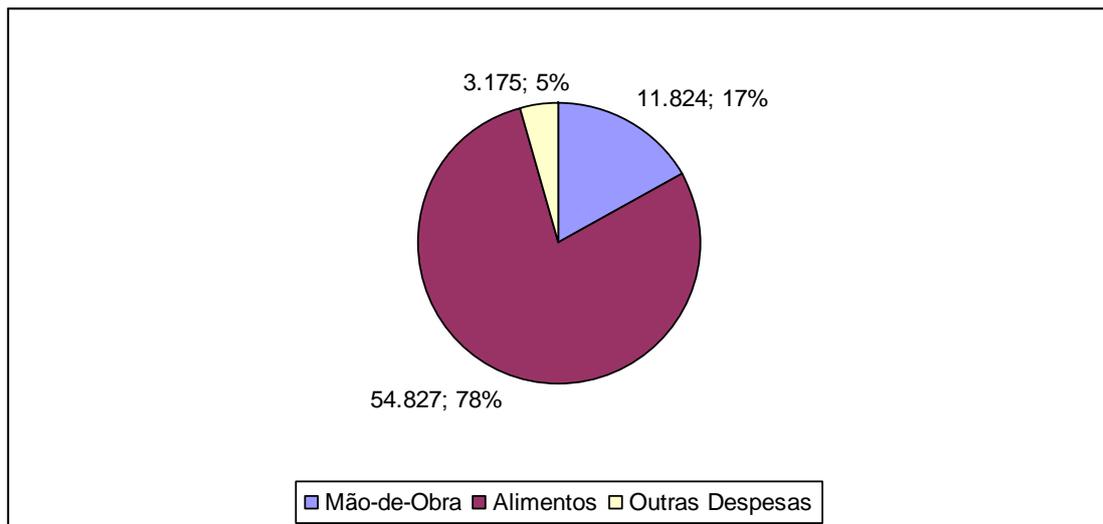


Figura 15 – Principais rubricas que constituem a **Estrutura dos Custos (€;%)**, considerando somente as despesas desta exploração.

Ao dividir as anteriores categorias de despesas pelos três grupos de animais em análise (vacada mais touro, animais para abate e animais para venda como reprodutores), constatou-se que é com a manutenção da vacada e do touro (para obtenção de vitelos) que os encargos são superiores (Figura 16). Naturalmente, isto acontece porque se trata de um grupo de animais

adultos que se encontra permanentemente na exploração e portanto que mais usufrui dos fatores de produção considerados, quer a nível de alimentação como de mão-de-obra e outras despesas. Assim, foi a este grupo que foi imputada a maior parcela com a aquisição, reparação e conservação dos mesmos. Do mesmo modo, os animais destinados à venda como reprodutores são mais dispendiosos que os destinados ao abate por permanecerem mais tempo na exploração e serem mais exigentes ao nível do consumo de fatores de produção (quer em quantidade como em qualidade).

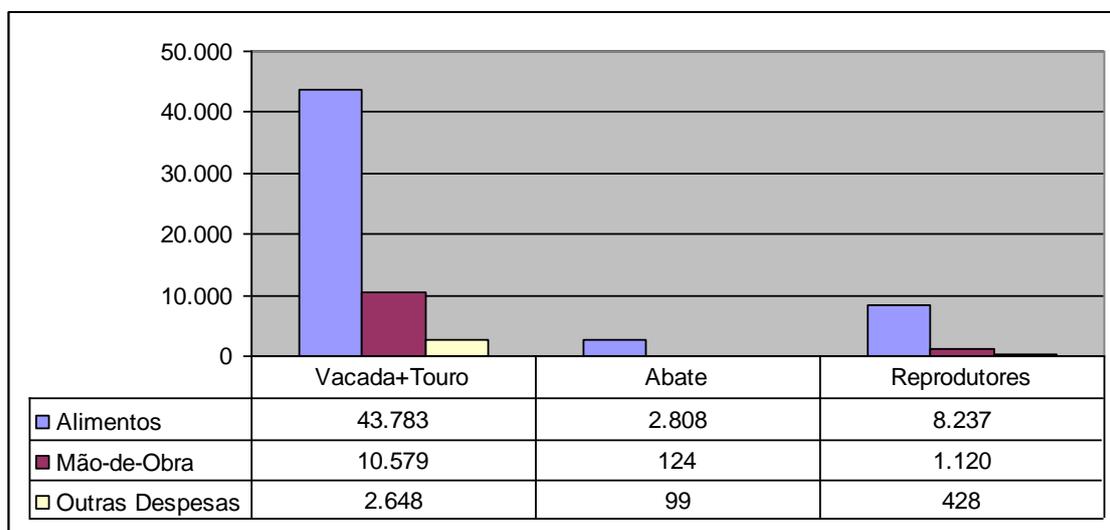


Figura 16 – Valores de cada uma das **Despesas (€)** relativas à produção de bovinos, discriminados por cada grupo de animais.

Para efeitos de análise de atividade produtiva da empresa, esta foi segmentada em duas fases distintas e subsequentes: até ao desmame dos vitelos e após o desmame. Em conformidade realizou-se uma estimativa do custo de produção por cabeça – custo de cada vitelo produzido [(Encargos - Proveitos)/ nº de Vitelos]. A determinação deste valor ocorreu na medida em que neste estudo se optou por analisar três grupos de animais distintos. Deste modo, foi necessário atribuir um custo base às atividades (produção de bovinos para abate e para venda como reprodutores) que se fazem valer dos vitelos produzidos para que efetivamente fosse possível estudar os três grupos de

animais já referidos anteriormente, de forma individual. Foi então criada a rubrica “Compra de Animais” (Figura 17).

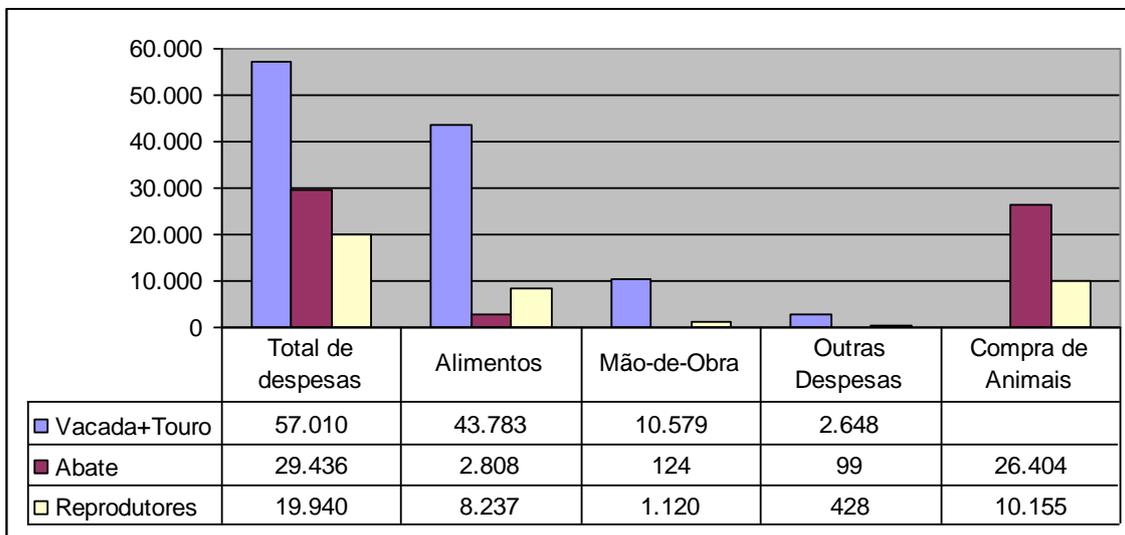


Figura 17 – Valores de cada uma das **Despesas (€)** inerentes à produção de bovinos, discriminados por cada grupo de animais, com a inclusão das rubricas “Compra de Animais” e “Total de despesas”.

Efetivamente, as despesas exigidas pela manutenção do grupo de animais adultos revelam-se superiores às despesas que acarretam os grupos de animais destinados ao abate e dos animais destinados à venda como reprodutores simultaneamente, mesmo que estes fossem adquiridos no exterior, pelo motivo já anteriormente referido (Figura 18).

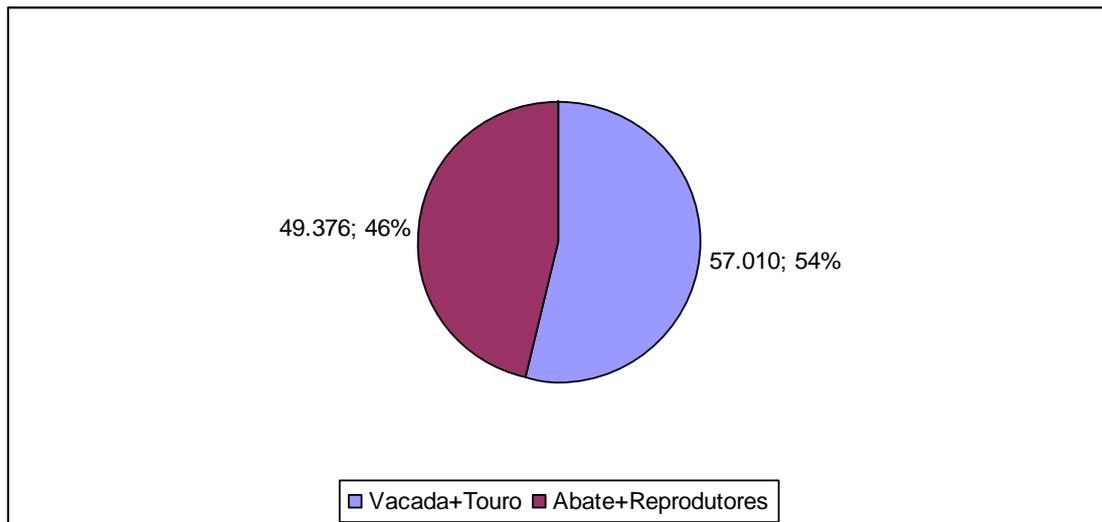


Figura 18 – Comparação entre os valores das **Despesas Totais (€;%)** relativas à manutenção da vacada e touro com as que dizem respeito aos animais produzidos.

6.2.2. Tipo de Custo: Custos Reais

Ao contabilizar também o valor das amortizações nos encargos da exploração para além das despesas, naturalmente os custos de produção tornam-se superiores.

Tal como foi referido anteriormente, a exploração apresenta um grau de mecanização elevado, sendo as operações praticamente todas mecanizadas. Dado o sistema de produção e a dimensão da atividade agrícola e, face ao valor do custo que as amortizações representam a cada ano, é possível afirmar que os equipamentos possuem um grau de utilização baixo e, portanto, os equipamentos têm um período de vida útil maior e uma taxa de reparação menor, o que justifica os 6.656,00 € que dizem respeito ao custo que o empresário tem que suportar com as amortizações anuais. Essas amortizações representam 9% dos encargos totais (Figura 19).

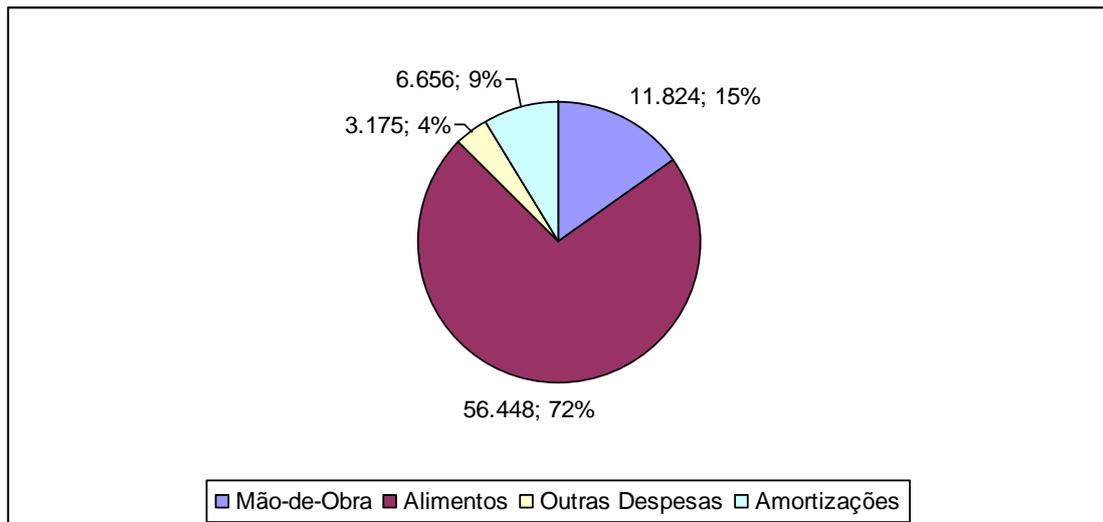


Figura 19 – Principais rubricas que constituem a **Estrutura dos Custos (€;%)**, considerando os Custos Reais, da exploração em questão.

Os custos com as amortizações foram distribuídos por cada grupo de animais conforme o partido que cada um toma dos equipamento existentes (Figura 20). Neste enquadramento, são a vacada e o touro que assumem a maior parcela (Figura 21) por usufruírem de um maior número de equipamentos e de forma permanente.

Mais uma vez se constatou que o grupo de animais adultos pesa muito na Estrutura de Custos desta exploração.

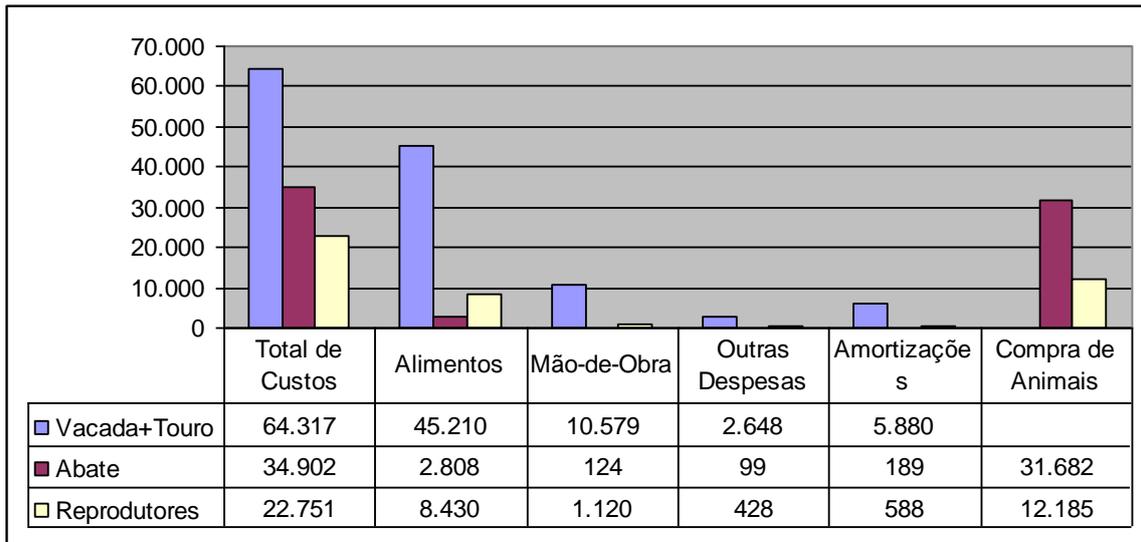


Figura 20 – Valores dos **Custos Reais (€)** inerentes à produção de bovinos, discriminados por cada grupo de animais, com a inclusão das rubricas “Compra de Animais” e “Total de Custos”.

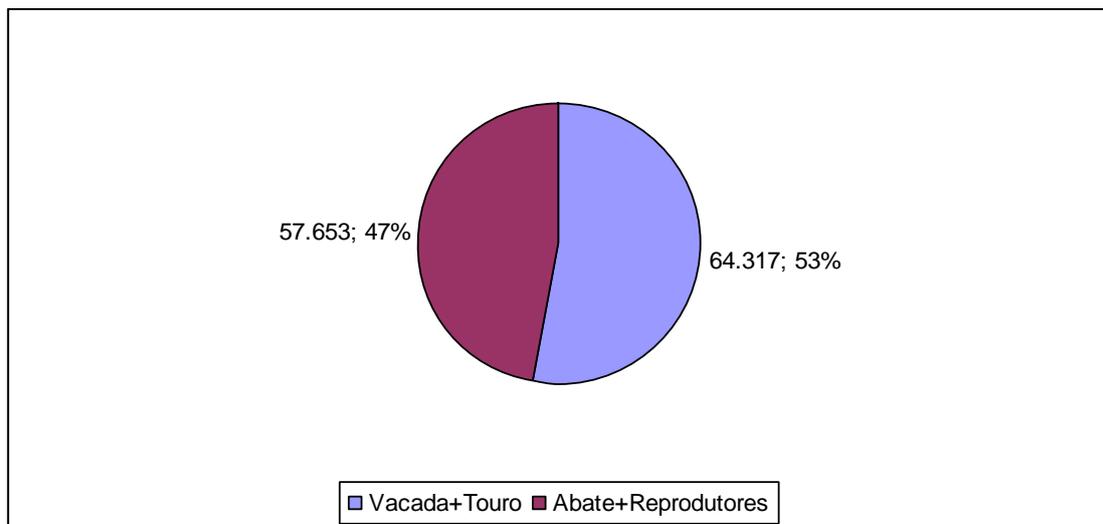


Figura 21 – Comparação entre o valor dos **Custos Reais Totais (€;%)** relativos à manutenção da vacada e touro com os que dizem respeito aos animais produzidos.

6.2.3. Tipo de Custo: Custos Completos

Se para além das Amortizações forem considerados também os Custos de Oportunidade do Capital nos encargos da exploração, mais se agravam os custos de produção (Figura 22).

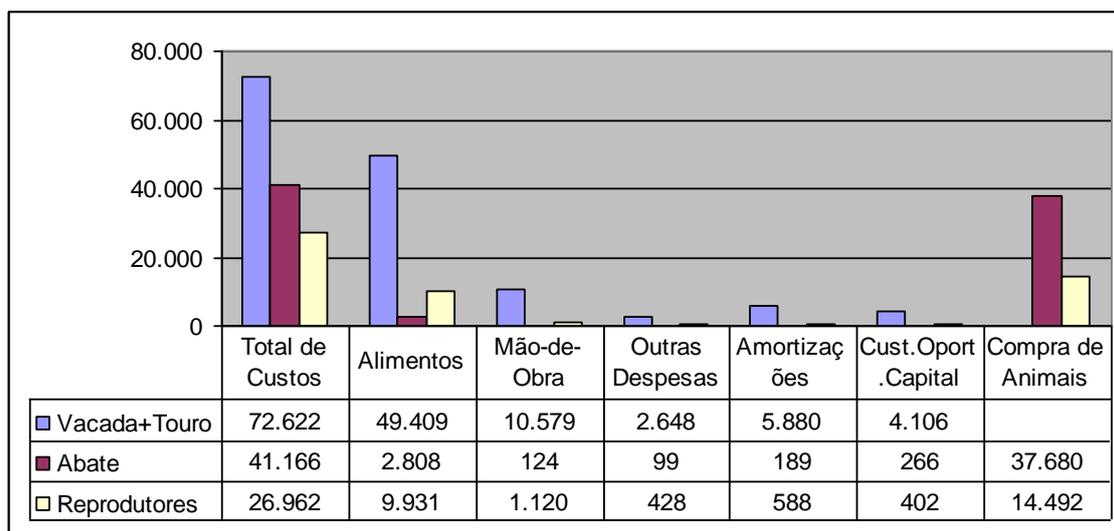


Figura 22 – Valores dos **Custos Completos (€)** relativos à produção de bovinos, discriminados por cada grupo de animais, com a inclusão das rubricas “Compra de Animais” e “Total de Custos”.

Pareceu pertinente analisar comparativamente a Estrutura dos Custos Completos desta exploração com os resultados homólogos obtidos pela “Avaliação Técnico-Económica da Produção de Bovinos da Raça Mertolenga em Sete Explorações Agrícolas”, pelo facto de se avaliar uma raça exótica e uma raça autóctone. Tal comparação vem sumariada nas Figuras 23 e 24.

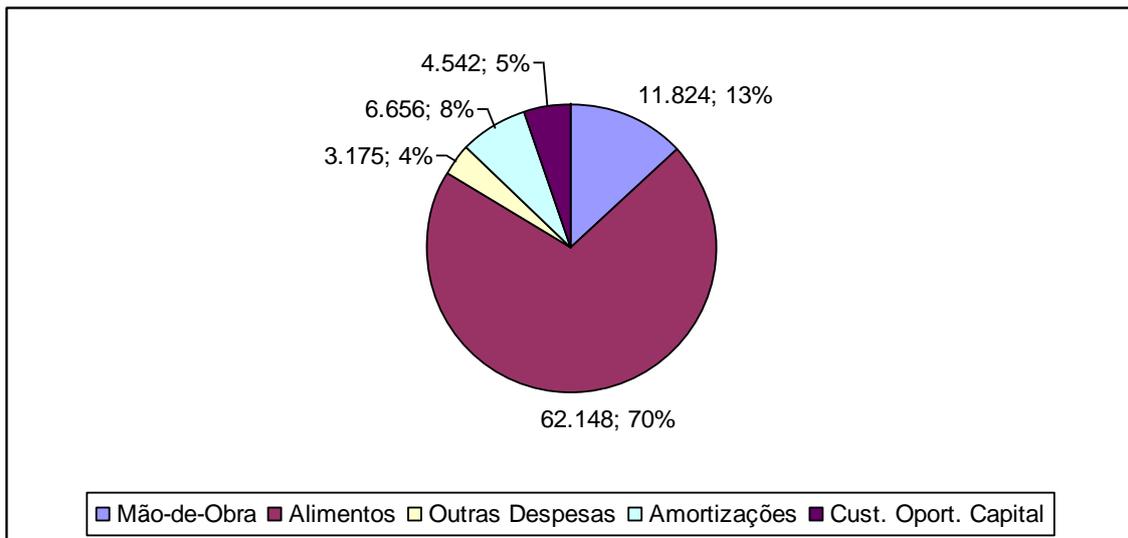


Figura 23 – Principais rubricas que constituem a **Estrutura dos Custos (€;%)**, considerando os Custos Completos desta exploração.

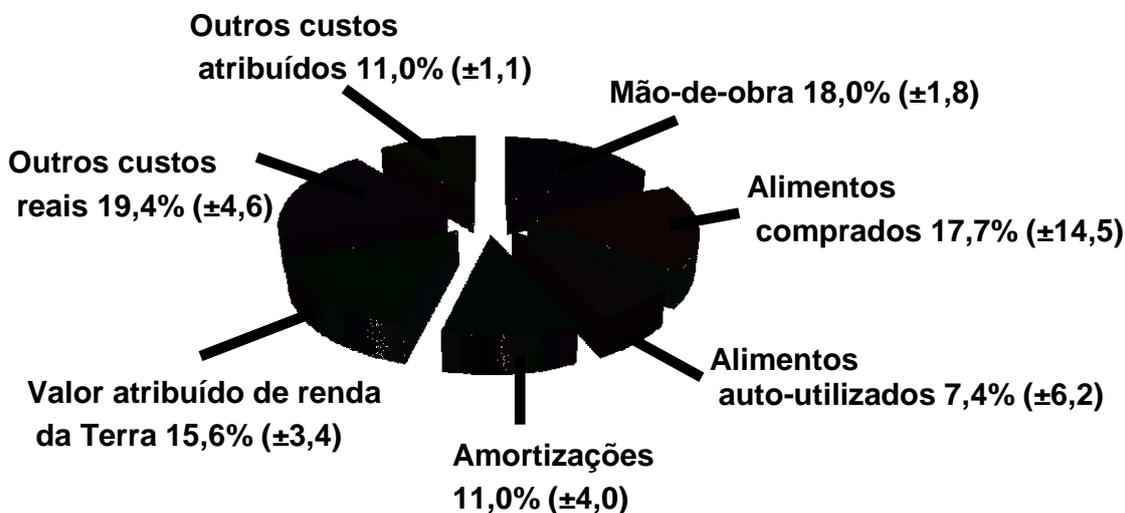


Figura 24 – Rubricas que constituem a **Estrutura dos Custos (%)**, considerando os Custos Completos, correspondentes a um estudo realizado no ano de 2012 em sete explorações que produzem bovinos da raça Mertolenga.

Fonte: <http://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/7923/3/SPREGA%20SERGA%20Poster%20Mertolengo.pdf>

Importa dizer que não foi uma análise efetiva, uma vez que no primeiro caso os valores se apresentam mais agregados por terem sido consideradas menos rubricas. Contudo, à parte do valor absoluto, as rubricas com maior representatividade na Estrutura dos Custos continuariam sempre a ter a sua superioridade e vice versa.

É ao nível dos custos com a alimentação dos animais que as diferenças são maiores. Para a exploração estudada representam 70% dos custos totais, face a 40,7% (25,1%+15,6%) para a raça Mertolenga. Por serem de uma raça autóctone, os bovinos Mertolengos são animais de elevada rusticidade, o que lhes permite ter uma particular predisposição para o aproveitamento de alimentos grosseiros mesmo em regimes alimentares desequilibrados devidos às oscilações na disponibilidade forrageira, proporcionadas pelas condições do clima Mediterrânico. Além disto, trata-se de uma raça de pequeno porte, portanto menores necessidades alimentares. Por sua vez, os bovinos Limousine pertencem a uma raça exótica que apesar de bem adaptada à envolvente edafoclimática Alentejana, apresentam sempre maiores necessidades alimentares, ao mesmo tempo que possuem uma robustez e porte superiores.

Notória foi também a dissemelhança entre os valores que dizem respeito às Amortizações. Talvez se fique a dever ao facto de que na Herdade dos Miradouros de Cima, como já referido anteriormente, o grau de utilização das máquinas e equipamentos é baixo e conseqüentemente a vida útil dos mesmos torna-se maior e a taxa de reparação menor.

Certamente será mais uma vez pelo conjunto de máquinas e equipamentos muito completo que esta exploração possui e devido à quase totalidade das operações serem mecanizadas que os custos com a Mão-de-Obra são inferiores em relação à média das sete explorações de bovinos Mertolengos.

6.3. RESULTADOS ECONÓMICOS

Após uma análise comparativa às Estruturas dos Proveitos e dos Custos desta Exploração é evidente que o resultado da atividade agrícola traz benefícios ao empresário, na medida em que a cada ano o saldo foi sempre positivo.

Contudo, os resultados em termos globais estão mascarados pela subatividade dos bovinos vendidos como reprodutores, uma vez que os bovinos destinados ao abate não conseguem fazer face aos Custos de Oportunidade do Capital (Figura 25).

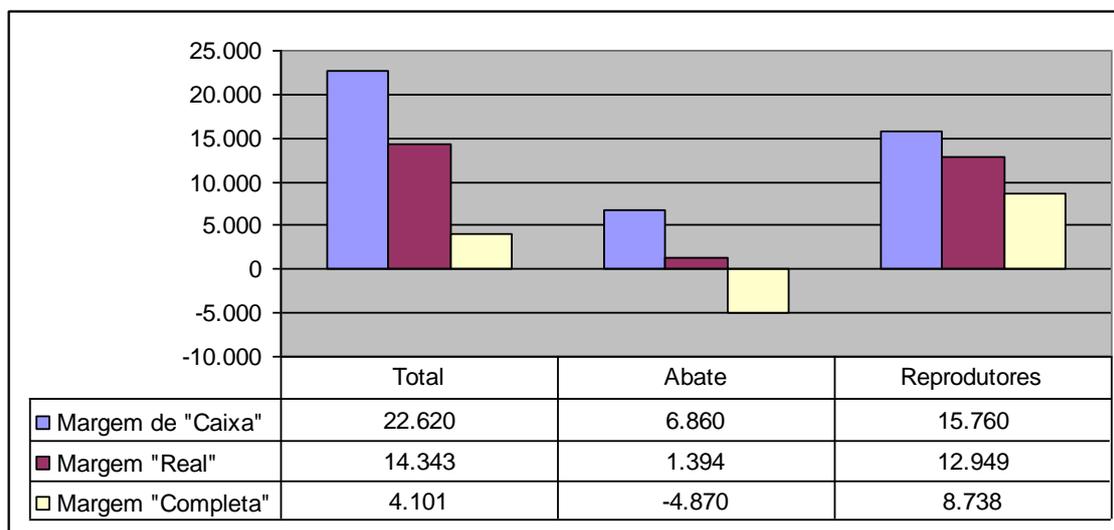


Figura 25 – Resultados da atividade agrícola. Montantes referentes às receitas finais proporcionadas pela atividade de produzir bovinos – **Saldos (€)**.

Verificou-se uma quebra significativa nos resultados quando foram incorporadas na análise as Amortizações (Margem “Real”) e uma quebra ainda maior quando se consideraram os Custos Atribuídos (Margem “Completa”).

Este resultado pode dever-se a um sobredimensionamento da estrutura fundiária, ou seja, a atividade agrícola poderá estar a usufruir de um conjunto de recursos superior aos necessários. Exemplo disso é o baixo grau de utilização das máquinas e equipamentos.

Estes valores manifestam a incapacidade da subactividade de produção de bovinos para abate em suportar todos os custos (Custos Completos). Em conformidade, constatou-se a importância que a venda de animais como reprodutores apresenta para a viabilidade económica desta empresa ao equilibrar os saldos e não permitindo que o valor referente à Margem “Completa” seja negativo.

Assim sendo, neste enquadramento a atividade agrícola só é aceitável se se considerar o sobredimensionamento da estrutura fundiária como custos afundados (atribuir somente o necessário à atividade agrícola).

Observe-se então a Tabela 6 que apresenta os resultados obtidos através do cálculo da Taxa de Rentabilidade Global dos Fatores.

Tabela 6 – Valores relativos aos Resultados Económicos analisados na ótica da **Taxa de Rentabilidade Global dos Fatores**.

	Total	Abate	Reprodutores
Tx. Rent. Global Fatores	4,6%	-11,8%	32,4%

Este indicador económico permite comparar a rentabilidade da transformação dos fatores de produção em bovinos. Representa o número de unidades de margem/lucro que se conseguem por cada unidade de capital gasto.

Deste modo:

— Como os fatores de produção consumidos pelos bovinos destinados ao abate custaram 41.166,00 € e o valor da Taxa de Rentabilidade Global dos Fatores para o mesmo grupo é de -11,80%, isto significa que estes animais dão um prejuízo de 4.857,59 €.

— Uma vez que o montante gasto com a produção dos bovinos vendidos como reprodutores corresponde a 26.962,00 € e o resultado da Taxa de Rentabilidade Global dos Fatores deste grupo é de 32,4%, isto quer dizer que com este grupo de animais o empresário agrícola obtém um lucro de 8.735,69 €.

— Sendo 88.345,15 € o valor dos custos dos fatores de produção relativos à atividade agrícola e 4,6% o resultado de Taxa de Rentabilidade Global dos Fatores, isto significa que o empresário consegue um lucro de 4.063,88 € anuais com a produção dos bovinos.

6.4. INTEGRAÇÃO DO RPU

Com a integração nas Contas de Atividade do valor que diz respeito ao RPU a que o empresário agrícola tem direito, o montante relativo às receitas geradas a cada ano torna-se mais satisfatório.

É então deste modo que o agricultor consegue arrecadar mais 19.087,00 €, o que se traduz num acréscimo anual dos proveitos em cerca de 17%, correspondendo ao valor anual de 111.533,00 € (Figura 26).

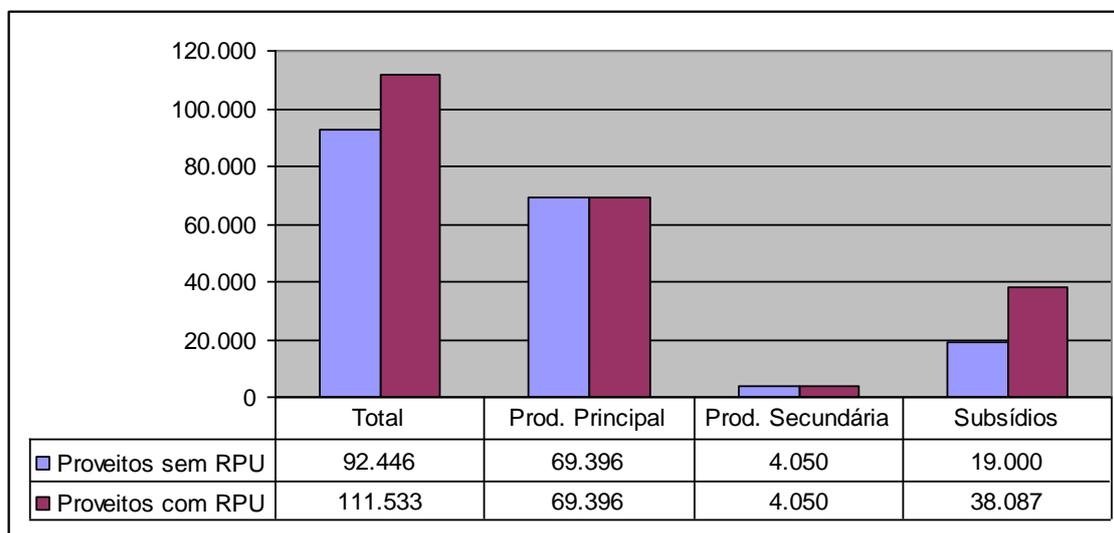


Figura 26 – **Proveitos da atividade agrícola face à integração do RPU (€)**. Gráfico comparativo entre os Proveitos gerados unicamente pela produção de bovinos e os Proveitos obtidos não só com esta atividade mas também com o valor do subsídio que diz respeito ao RPU a que o agricultor tem direito.

Neste enquadramento existe uma maior quantidade de unidades monetárias para fazer face aos custos (Despesas, Custos reais e Custos Completos) logo os Resultados Económicos ficam necessariamente aumentados.

A Figura 27 demonstra claramente que o resultado agora obtido, correspondente à Margem “Completa”, foi quase todo constituído pelo valor do RPU. Isto é, quase todo o excedente financeiro conseguido é RPU.

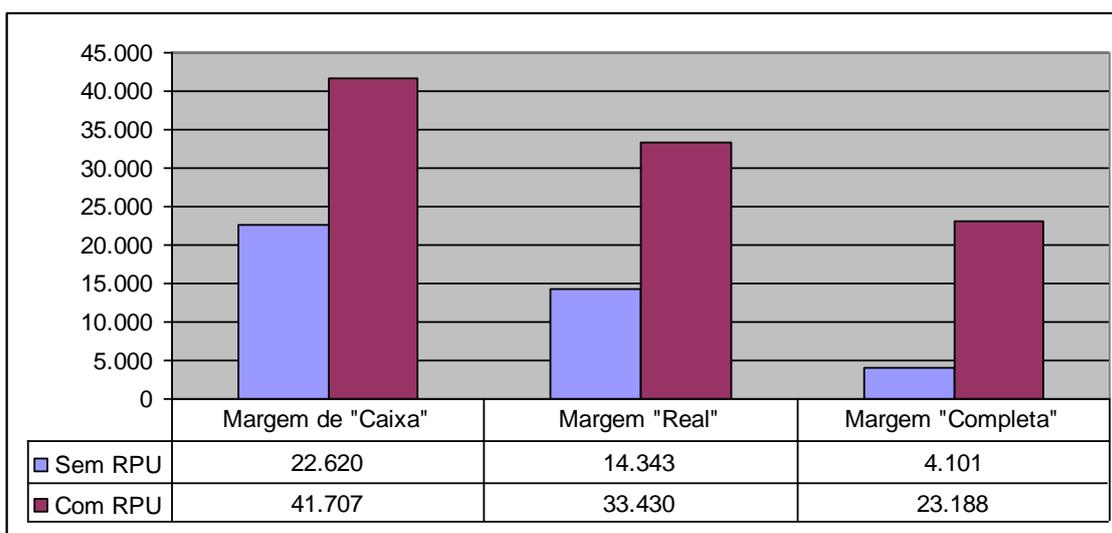


Figura 27 – **Resultados Económicos da atividade agrícola face à integração do RPU – Saldos (€).**
Gráfico comparativo entre os resultados das Margens agregadas das diferentes subactividades mais o valor do RPU.

Se nas mesmas Contas de Atividade forem contabilizados os 14.000,00 € que rende por ano a venda da cortiça, tanto melhores se revelaram quantitativamente os Proveitos gerados e por conseguinte, tanto melhores os Resultados Económicos (Figura 28).

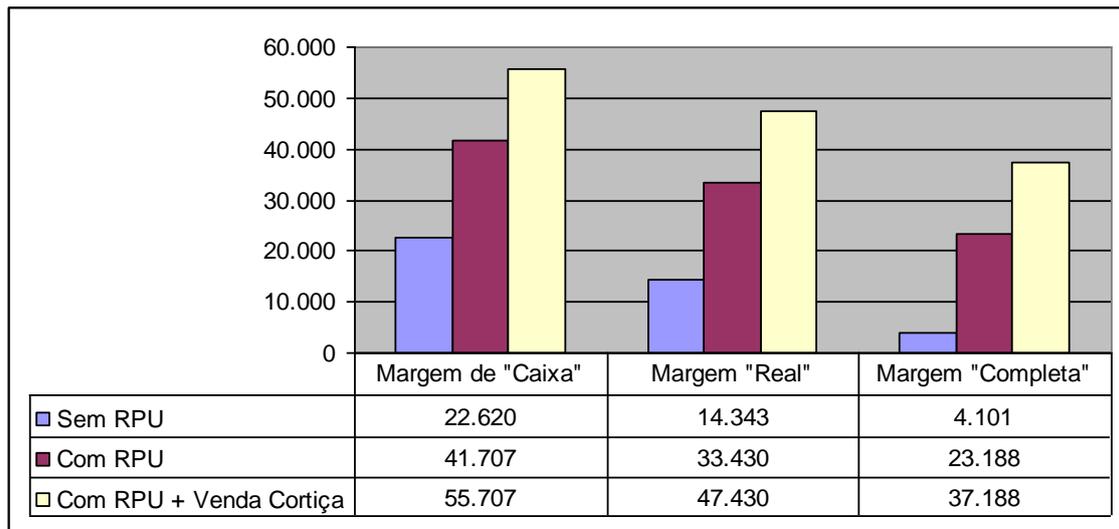


Figura 28 – **Resultados Económicos da atividade agrícola face à integração do RPU e do valor da venda da Cortiça – Saldos (€)**. Gráfico comparativo entre os resultados da atividade económica mais o valor do RPU e do montante conseguido com a venda da cortiça.

Efetivamente, a produção de bovinos no singular não representa uma atividade muito lucrativa para o empresário agrícola. É deste modo que a atividade principal assume um fraco poder na viabilidade desta exploração, que se revelou sustentada pelos subsídios e pela subatividade da produção de cortiça. Com a integração destas duas rubricas, o lucro obtido é aumentado de 4,6 para 26,2% (que corresponde a 23.146,43 €) e para 42,1% (que se traduzem em 37.193,31 €, ou seja, 3.099,44 € por mês) respetivamente, como revela a Tabela 7.

Tabela 7 – Valores relativos aos Resultados Económicos analisados na ótica da **Taxa de Rentabilidade Global dos Fatores**, com a integração dos montantes correspondentes ao RPU e à venda da Cortiça.

	Bovinos + RPU	Bovinos + RPU + Venda Cortiça
Tx. Rent. Global Fatores	26,2%	42,1%

6.5. NA PERSPETIVA DA PAC PÓS – 2013

Realizou-se uma análise hipotética à situação futura da exploração agrícola em questão face às perspetivas da nova Reforma da PAC.

Neste contexto e admitindo-se um subsídio único de 150 € por hectare, como resultado verificou-se um agravamento da situação económica desta empresa. O montante anual das receitas viu-se diminuído em 2.500,00 € (Figura 29).

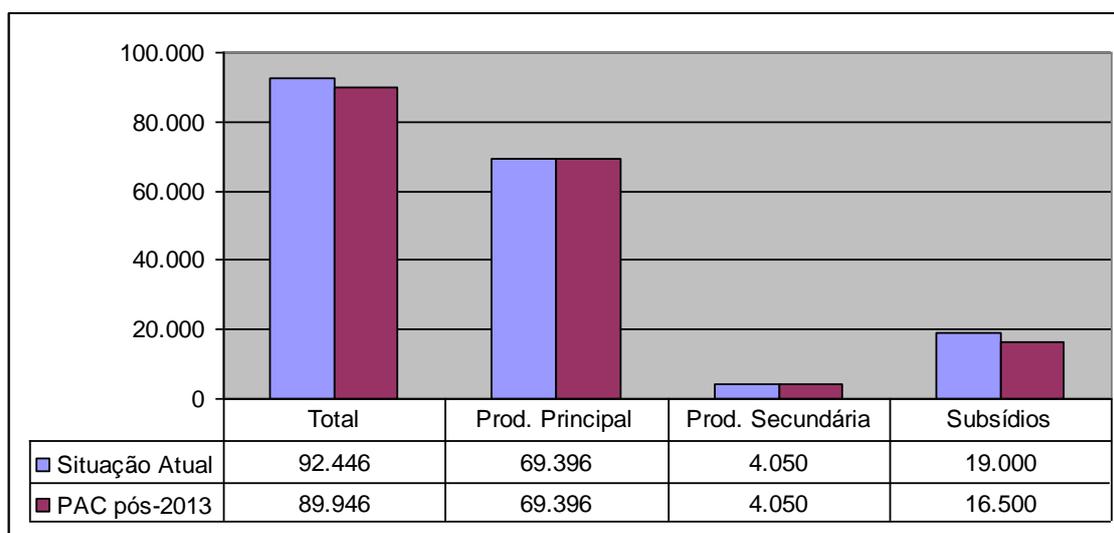


Figura 29 – Gráfico comparativo entre os **Proveitos (€)** gerados pela produção de bovinos na atualidade e após a entrada em vigor das medidas previstas para a nova PAC.

Uma perda de 2.500,00 € a cada 12 meses (cerca de 208 €/mês) prejudicará naturalmente o agricultor, mas avaliada de forma superficial não parece um prejuízo de particular importância. Contudo, esta privação monetária traduz-se numa condição gravosa, uma vez que o empresário agrícola trabalha com Margens muito reduzidas. Foi então que se verificou como será significativa a falta dos atuais subsídios (Figura 30).

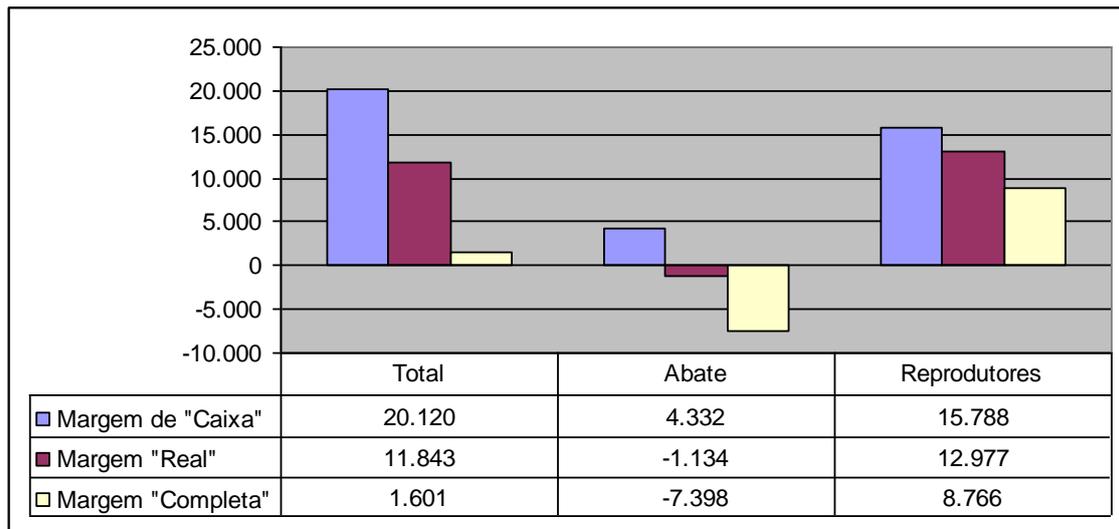


Figura 30 – Resultados Económicos – **SalDOS (€)** – obtidos exclusivamente pela produção de bovinos (sem integração do RPU nem do valor da venda da Cortiça) após a entrada em vigor das medidas previstas para a nova PAC.

Assim, depois de fazer face a todos os custos, o agricultor conseguiria somente 1.601,00 €, traduzidos em 133 € por mês. Ainda que a Margem “Completa” agregada das diferentes subactividades continue positiva, esta foi substancialmente reduzida (anteriormente 4.041,00 €, 23.128,00 € com integração do RPU, ou 37.188,00€ com integração do RPU e do valor da venda da cortiça). Nestas circunstâncias a subatividade de produção de bovinos destinados ao abate deixará de conseguir sustentar os encargos com as Amortizações da infraestrutura de suporte à produção, para além dos Custos Atribuídos, que como se verificou anteriormente, nunca conseguiram ser suportados por este grupo de animais. Nestas novas condições só será favorável a produção de bovinos para serem vendidos como reprodutores.

Esta análise é reforçada pelos resultados que dizem respeito à Taxa de Rentabilidade Global dos Factores (Tabela 8).

Tabela 8 – Valores relativos aos Resultados Económicos analisados na ótica da **Taxa de Rentabilidade Global dos Fatores** após a entrada em vigor das medidas previstas para a nova PAC.

	Total	Abate	Reprodutores
Tx. Rent. Global Fatores	1,8%	-18,0%	32,5%

Apesar dos resultados obtidos é importante realçar que nem todas as empresas agrícolas vão ver a sua situação económica agravada da mesma forma.

Deste modo, a viabilidade económica das explorações que se dedicam à produção de bovinos de carne depende essencialmente do número de hectares explorados e do encabeçamento por hectare (encargos com os animais) desvalorizando outras opções técnicas que se traduzam em menores custos ou numa receita superior.

7. CONCLUSÕES

A exploração estudada tem uma pequena dimensão, face à região em que está inserida. Toda a gestão é assegurada familiarmente num sector de atividade dos de maior interesse no sistema extensivo do sul do país – criação de bovinos para carne.

Apesar dos valores obtidos, a atividade desta empresa é economicamente rentável, considerando não só a produção de bovinos (para abate e para venda como reprodutores) como também os subsídios à exploração aos quais há a acrescer os proveitos gerados pela venda da cortiça, que rendem 14.000 € por ano.

Os custos com a alimentação dos animais constituem a parcela com maior representatividade nos encargos desta exploração. No seguimento do atual sistema de produção, poderia ser mais vantajoso para o empresário optar por produzir bovinos de raças autóctones, como a raça Mertolenga, menos exigentes em termos alimentares, ao invés de produzir bovinos Limousine, uma raça exótica com maiores necessidades de alimentação. Outra opção seria a de implementar um tipo de alimentação mais extensivo, atendendo à análise comparativa das Estruturas de Custos desta exploração com outras sete onde se produzem bovinos Mertolengos. Contudo, não se sabe se o retorno da atividade agrícola seria o mesmo, porque se desconhecem os preços praticados nas vendas de animais Mertolengos e porque não se sabe se as performances dos animais da exploração estudada seriam as mesmas face à adoção de uma alimentação mais extensiva, portanto não se sabe se seria uma hipótese compensatória. O único fator tido como certo seria a redução dos custos com a alimentação dos animais.

Uma outra alternativa seria a de comprar vitelos Limousine ao desmame e criá-los posteriormente. Deste modo, eram eliminados os custos com a manutenção da vacada mais o touro, que se verificaram ser superiores aos custos que dizem respeito aos animais destinados ao abate e à venda como

reprodutores, simultaneamente, mesmo adquirindo os vitelos no exterior. No entanto, o princípio da valorização dos reprodutores seria afetado, porque daqui não vão resultar produtos com a garantia de qualidade estabelecida pelo produtor, uma vez que os vitelos passariam a ser adquiridos no exterior.

Como certeza, fica o facto de esta ser uma unidade de exploração que beneficiaria substancialmente se fosse possível aumentar a capacidade produtiva por via do aumento da dimensão. Efetivamente, só por esta via, através dum arrendamento ou compra de uma área adicional, seria possível uma melhor eficiência económica ao beneficiar-se de economias de escala. Não foi ainda possível ao empresário a concretização desse objetivo, dadas as dificuldades na obtenção de terras para arrendamento e no preço desajustado das propriedades que aparecem para venda face à sua utilidade agrícola.

De qualquer modo, a sustentabilidade e rentabilidade desta exploração depende da manutenção (ou aumento) dos Subsídios à Exploração. Assim sendo, há que adaptar o sistema de produção praticado às novas circunstâncias impostas pela futura Reforma da PAC.

8. BIBLIOGRAFIA

Bassan, C.O.; Flores, J.A.H.; Leal, Y.C.; Uribe, A.V. (2003) *Instrumentos de Política Agrícola en la Unión Europea*. Secretaría de Agricultura, Ganadería, Desarrollo Rural, Pesca y Alimentación. Coordinación General de apoyos a la Comercialización; Dirección General de Operaciones Financieras; Dirección de Estudios y Análisis de Mercados. Ficha Técnica No. 13.

CE – Comissão Europeia (2010) *COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL E AO COMITÉ DAS REGIÕES – A PAC no horizonte 2020: Responder aos desafios do futuro em matéria de alimentação, recursos naturais e territoriais*. Comissão Europeia. [COM (2010) 672/5 final].

Direcção-Geral de Agricultura (2003) *Situação da Agricultura em Portugal*. Comissão Europeia. [COM(2003) 359 final].

Feio, M. (1991) *Clima e Agricultura*. Lisboa, Direcção – Geral de Planeamento e Agricultura, Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação.

Fernandes, J. P., Moreira, M. B., Coelho, I. S., Guiomar, N., e Brito, O. (2005). *Caracterização e Cartografia dos Sistemas Extensivos de Pastoreio em Portugal Continental*. X Colóquio Ibérico de Geografia, Universidade de Évora.

Freixial, R. (2009) Apontamentos teóricos da cadeira de Culturas Herbáceas Extensivas, Licenciatura em Agronomia, ano letivo de 2009/2010, Universidade de Évora.

INE - Instituto Nacional de Estatística (2006) *Inquérito à Estrutura da Explorações Agrícolas 2005*. Lisboa – Portugal.

INE – Instituto Nacional de Estatística, I.P. (2010) *Contas Económicas da Agricultura 1980 – 2009*. Lisboa – Portugal.

Lordello, M.L. (2002) *A POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM DA UNIÃO EUROPEIA*. Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Lyon, G. (2010) *Documento de Trabalho sobre o futuro da PAC após 2013*. Parlamento Europeu; Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural.

Marques, F. Docente na Universidade de Évora. (Comunicação pessoal, Novembro de 2011).

Pinheiro, A.C.A. & Carvalho, M.L.S. (2003). *Economia e Política Agrícolas*. Lisboa, Edições Sílabo.

Silva, D.C. (2011) *A Agricultura Biológica na Beira Interior – Um contributo para a sua caracterização e desenvolvimento no âmbito das medidas agro-ambientais*. Mestrado em Zootecnia. Universidade de Évora, Évora. 162 pp.

WEBGRAFIA:

ACBM – Associação de Criadores de Bovinos Mertolengos (“s.d.” a) *A Raça*.
[Online] Disponível em:
<http://www.mertolenga.com/conteudo.php?cat=2&cat1=0&cat2=0&cat3=0&idioma=pt> [Consultado em 3 de Junho de 2012].

ACBM – Associação de Criadores de Bovinos Mertolengos (“s.d.” b) *Dados Produtivos e Reprodutivos*. [Online] Disponível em:
<http://www.mertolenga.com/conteudo.php?idm=82> [Consultado em 3 de Junho de 2012].

ACBM – Associação de Criadores de Bovinos Mertolengos (“s.d.” c) *Definição e Enquadramento Étnico*. [Online] Disponível em:
<http://www.mertolenga.com/conteudo.php?idm=78> [Consultado em 3 de Junho de 2012].

ACBM – Associação de Criadores de Bovinos Mertolengos (“s.d.” d) *Distribuição Geográfica*. [Online] Disponível em:
<http://www.mertolenga.com/conteudo.php?idm=10> [Consultado em 3 de Junho de 2012].

ACBM – Associação de Criadores de Bovinos Mertolengos (“s.d.” e) *Linha Materna*. [Online] Disponível em:
<http://www.mertolenga.com/conteudo.php?idm=83> [Consultado em 3 de Junho de 2012].

ACBM – Associação de Criadores de Bovinos Mertolengos (“s.d.” f) *Origem, História e Evolução.* [Online] Disponível em: <http://www.mertolenga.com/conteudo.php?idm=79> [Consultado em 3 de Junho de 2012].

ACBRA – Associação de Criadores de Bovinos de Raça Alentejana (“s.d.” a) *Características Produtivas.* [Online] Disponível em: <http://www.bovinoalentejano.com.pt/> [Consultado em 3 de Junho de 2012].

ACBRA – Associação de Criadores de Bovinos de Raça Alentejana (“s.d.” b) *Características Reprodutivas.* [Online] Disponível em: <http://www.bovinoalentejano.com.pt/> [Consultado em 3 de Junho de 2012].

ACBRA – Associação de Criadores de Bovinos de Raça Alentejana (“s.d.” c) *Distribuição.* [Online] Disponível em: <http://www.bovinoalentejano.com.pt/> [Consultado em 3 de Junho de 2012].

ACBRA – Associação de Criadores de Bovinos de Raça Alentejana (“s.d.” d) *Padrão da Raça.* [Online] Disponível em: <http://www.bovinoalentejano.com.pt/> [Consultado em 3 de Junho de 2012].

ACBRA – Associação de Criadores de Bovinos de Raça Alentejana (“s.d.” e) *Raça Alentejana.* [Online] Disponível em: <http://www.bovinoalentejano.com.pt/> [Consultado em 3 de Junho de 2012].

ACBRA – Associação de Criadores de Bovinos de Raça Alentejana (“s.d.” f) *Sistema de Produção.* [Online] Disponível em: <http://www.bovinoalentejano.com.pt/> [Consultado em 3 de Junho de 2012].

ACL – Associação Portuguesa de Criadores da Raça Bovina Limousine (“s.d.” a) *A Raça.* [Online] Disponível em: <http://www.limousineportugal.com/conteudo.php?cat=1&cat1=0&cat2=0&cat3=0&idioma=pt> [Consultado em 3 de Junho de 2012].

ACL – Associação Portuguesa de Criadores da Raça Bovina Limousine (“s.d.” b) *A Raça em Portugal.* [Online] Disponível em: <http://www.limousineportugal.com/conteudo.php?cat=1&cat1=2&cat2=0&cat3=0&idioma=pt> [Consultado em 3 de Junho de 2012].

ACL – Associação Portuguesa de Criadores da Raça Bovina Limousine (“s.d.” c) *Características.* [Online] Disponível em: <http://www.limousineportugal.com/conteudo.php?cat=1&cat1=1&cat2=0&cat3=0&idioma=pt> [Consultado em 3 de Junho de 2012].

APCBRC – Associação Portuguesa de Criadores de Bovinos de Raça Charolesa (“s.d.” a) *A Raça Charolesa.* [Online] Disponível em: <http://www.charoles.com.pt/raca.php> [Consultado em 2 de Junho de 2012].

APCBRC – Associação Portuguesa de Criadores de Bovinos de Raça Charolesa (“s.d.” b) *Caracterização da Raça.* [Online] Disponível em: http://www.charoles.com.pt/raca_caract.php [Consultado em 2 de Junho de 2012].

APCBRC – Associação Portuguesa de Criadores de Bovinos de Raça Charolesa (“s.d.” c) *Distribuição Geográfica*. [Online] Disponível em: http://www.charoles.com.pt/dist_geo.php [Consultado em 2 de Junho de 2012].

Bento, J.; Roquete, C.R.; Samora, A.; Veríssimo, F. “s.d.” *Limousine Português no Sudoeste Alentejano: “La tranquillité d’esprit.”* [Online] Disponível em: <http://www.alentejolitoral.pt/Downloads/Ambiente/Limousine%20Português%20no%20Sudoeste%20Alentejano.pdf> [Consultado em 30 de Maio de 2012].

Ferreira, H. C. (2010). *O Futuro da Agricultura Portuguesa com a nova PAC*. Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas – Gabinete de Planeamento e Políticas. [Online] Disponível em: http://www.gpp.pt/pac2013/Docs/acorpsor_17nov10.pdf [Consultado em 1 de Junho de 2011].

Fernandes, L.; Marques, F.; Rosado, M.; Pais, J.; Henriques, N.; Rodrigues, S.; Lima, F.; Agostinho, F. (2012) *Avaliação Técnico-Económica da Produção de Bovinos da Raça Mertolenga em Sete explorações Agrícolas – Contextos da PAC actual e da PAC pós 2013*. [Online] Disponível em : <http://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/7923/3/SPREGA%20SERGA%20Poster%20Mertolengo.pdf> [Consultado em 12 de Fevereiro de 2013].

Freixial, R. (2010). *As pastagens e forragens são a base da alimentação dos ruminantes...* FERTINEWS. [Online] Disponível em:
http://www.fertiprado.pt/FERTINEWS/pt/vol_3/pastagens_forragens_base_a_limentacao_ruminantes.html [Consultado em 2 de Outubro de 2010].

INE - Instituto Nacional de Estatística (2008) *Margem bruta total por exploração (€) por Localização Geográfica (Região agrária); Bienal – INE, Inquérito às Estruturas das Explorações Agrícolas*. [Online] Disponível em:
http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000053&contexto=bd&selTab=tab2 [Consultado em 18 de Junho de 2013].

INE - Instituto Nacional de Estatística (2011 a) *Explorações agrícolas com efectivo animal (Nº) por Localização geográfica (NUTS – 2001) e Espécie animal; Decenal – INE, Recenseamento agrícola – séries históricas*. [Online] Disponível em:
http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0004458&contexto=bd&selTab=tab2 [Consultado em 18 de Junho de 2013].

INE - Instituto Nacional de Estatística (2011 b) *Explorações agrícolas (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Orientação técnico-económica; Decenal - INE, Recenseamento agrícola - séries históricas*. [Online] Disponível em:
http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0005821&contexto=bd&selTab=tab2 [Consultado em 18 de Junho de 2013].

INE - Instituto Nacional de Estatística (2011 c) *Produtores agrícolas singulares (Nº) por Localização geográfica (NUTS – 2001) e Grupo etário; Decenal – INE, Recenseamento agrícola – séries históricas*. [Online] Disponível em: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0005102&contexto=bd&selTab=tab2 [Consultado em 18 de Junho de 2013].

MAMAOT – Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território (2011) *NOTA DE APOIO*. [Online] Disponível em: http://www.gpp.pt/Pac2013/Nota_PAC.pdf [Consultado em 11 de Junho de 2012].

Voz do Campo (2011) *Limousine*. [Online] Disponível em: <http://www.vozdocampo.com/especiais/reportagem/especial-pecuaria/racas/limousine/> [Consultado em 21 de Junho de 2012].

9. ANEXOS

9.1. Capital de Exploração Fixo - Máquinas e Equipamentos

Reparações e Conservações					Grau Util. Actividade						Custo Actividade (€/ha): (€/efetivo)					
Designação	Valor de Substituição (€)	Taxa de reparação anual (%)	Valor Anual Reparação (€/ano)	Grau Util. Anual	Past perm.	Forragem p/ feno	Pousio	Bovinos (desmame)	Bovinos (abate)	Bovinos (reprod)	Past perm.	Forragem p/ feno	Pousio	Bovinos (desmame)	Bovinos (abate)	Bovinos (reprod)
Tractor New Holland 70/66	18.455,52	1	184,56	1				,65	,1	,25				,119,96	,18,46	,46,14
Tractor New Holland TS100	32.421,86	1	324,22	1	,1	,3	,1	,5			32,42	97,27	32,42	162,11		
Manga Bovinos	1.496,39	1	14,96	1				,84	,06	,1				,12,57	,9	1,5
Grade Discos	4.189,90	1	41,9	1	,2	,7	,1				8,38	29,33	4,19			
Bomba Eléctrica	491,61	1	4,92	1				,84	,06	,1				,4,13	,29	,49
Reboque Misturador Sgariboldi	26.000,00	1	260,	1				,1						,260,		
Dist. Centrifugo	2.016,00	1	20,16	1	,2	,7	,1				4,03	14,11	2,02			
Comedouros	1.700,74	1	17,01	1				,84	,06	,1				,14,29	,1,02	1,7
Bebedouros	470,37	1	4,7	1				,84	,06	,1				,3,95	,28	,47
Reboque	1.496,39	1	14,96	1				,65	,1	,25				,9,73	,1,5	3,74
Cancelas p/ Manga	1.446,60	1	14,47	1				,84	,06	,1				,12,15	,87	1,45
Carregador Frontal	3.494,86	1	34,95	1				,84	,06	,1				,29,36	,2,1	3,49
Forquilha p/ Carreg. Frontal	711,96	1	7,12	1				,1						,7,12		
Balança	1.700,00	1	17,	1				,84	,06	,1				,14,28	,1,02	1,7
Tomix (desparasitação externa)	1.138,46	1	11,38	1				,9		,1				,10,25		1,14
Total											44,83	140,71	38,63	659,89	26,43	61,82

Amortizações						Grau Util. Actividade						Custo Actividade (€/ha): (€/efetivo)					
Designação	Vida Útil	Valor de substituição (€)	Valor Residual (€)	Quota Anual Amortização (€/ano)	Grau Util. Anual	Past perm.	Forragem p/ feno	Pousio	Bovinos (desmame)	Bovinos (abate)	Bovinos (reprod)	Past perm.	Forragem p/ feno	Pousio	Bovinos (desmame)	Bovinos (abate)	Bovinos (reprod)
Tractor New Holland 70/66	20	18.455,52	0	922,78	1				,65	,1	,25				,599,81	,92,28	230,7
Tractor New Holland TS100	20	32.421,86	0	1.621,09	1	,1	,3	,1	,5			162,11	486,33	162,11	810,55		
Manga Bovinos	20	1.496,39	0	74,82	1				,84	,06	,1				,62,85	,4,49	7,48
Grade Discos	20	4.189,90	0	209,50	1	,2	,7	,1				41,9	146,65	20,95			
Bomba Eléctrica	10	491,61	0	49,16	1				,84	,06	,1				,41,29	,2,95	4,92
Reboque Misturador Sgariboldi	20	26.000,00	0	1.300,00	1				,1						,1.300,		
Dist. Centrifugo	20	2.016,00	0	100,80	1	,2	,7	,1				20,16	70,56	10,08			
Comedouros	20	1.700,74	0	85,04	1				,84	,06	,1				,71,43	,5,1	8,5
Bebedouros	20	470,37	0	23,52	1				,84	,06	,1				,19,76	,1,41	2,35
Reboque	20	1.496,39	0	74,82	1				,65	,1	,25				,48,63	,7,48	18,71
Cancelas p/ Manga	20	1.446,60	0	72,33	1				,84	,06	,1				,60,76	,4,34	7,23
Carregador Frontal	20	3.494,86	0	174,74	1				,84	,06	,1				,146,78	,10,48	17,47
Forquilha p/ Carreg. Frontal	20	711,96	0	35,60	1				,1						,35,6		
Balança	15	1.700,00	0	113,33	1				,84	,06	,1				,95,2	,6,8	11,33
Tomix (desparasitação externa)	20	1.138,46	0	56,92	1				,9		,1				,51,23		5,69
Total												224,17	703,54	193,14	3.343,88	135,34	314,39

Valor Actual					Grau Util. Actividade						Custo Actividade (€/ha): (€/efetivo)					
Designação	Valor de substituição (€)		Valor Actual (€)	Grau Util. Anual	Past perm.	Forragem p/ feno	Pousio	Bovinos (desmame)	Bovinos (abate)	Bovinos (reprod)	Past perm.	Forragem p/ feno	Pousio	Bovinos (desmame)	Bovinos (abate)	Bovinos (reprod)
Tractor New Holland 70/66	18.455,52		9.227,76	1				,65	,1	,25				,599,81	,92,28	230,694
Tractor New Holland TS100	32.421,86		16.210,93	1	,1	,3	,1	,5			1.621,09	4.863,28	1.621,09	8.105,47		
Manga Bovinos	1.496,39		748,20	1				,84	,06	,1				,628,49	,44,89	74,82
Grade Discos	4.189,90		2.094,95	1	,2	,7	,1				418,99	1.466,47	209,5			
Bomba Eléctrica	491,61		245,81	1				,84	,06	,1				,206,48	,14,75	24,58
Reboque Misturador Sgariboldi	26.000,00		13.000,00	1				,1						,13.000,		
Dist. Centrifugo	2.016,00		1.008,00	1	,2	,7	,1				201,6	705,6	100,8			
Comedouros	1.700,74		850,37	1				,84	,06	,1				,714,31	,51,02	85,04
Bebedouros	470,37		235,19	1				,84	,06	,1				,197,56	,14,11	23,52
Reboque	1.496,39		748,20	1				,65	,1	,25				,486,33	,74,82	187,05
Cancelas p/ Manga	1.446,60		723,30	1				,84	,06	,1				,607,57	,43,4	72,33
Carregador Frontal	3.494,86		1.747,43	1				,84	,06	,1				,1.467,84	,104,85	174,74
Forquilha p/ Carreg. Frontal	711,96		355,98	1				,1						,355,98		
Balança	1.700,00		850,00	1				,84	,06	,1				,714,	,51,	85,
Tomix (desparasitação externa)	1.138,46		569,23	1				,9		,1				,512,31		56,92
Total			48.046,12								2.241,68	7.035,34	1.931,39	32.994,38	1.321,61	3.090,94

9.7. Orçamento de Actividade Pecuária: Bovinos - desmame

Natureza dos custos	Data média da operação	período de empate (meses)	Materiais e diversos				C x N /12
			quantidade	un.	preço unit. (€)	valor (€)	
Mão-de-obra						0,00	0,00
trab. Indiferenciado		6	0,85 UTA		12 446, 00	10.579,10	5.289,55
						0,00	0,00
Tracção						0,00	0,00
tractor + reboque misturador		6	91,25 h		4, 25	387,81	193,91
						0,00	0,00
Compra de animais						0,00	0,00
Alimentos comprados						0,00	0,00
p/vacas		6	58400 Kg		0, 28	16.352,00	8.176,00
p/vitelos ao desmame		2	11700 Kg		0, 29	3.439,80	573,30
p/novilhas		11	12024 Kg		0, 29	3.486,96	3.196,38
						0,00	0,00
p/touro		6	1260 Kg		0, 29	365,40	182,70
palha		6	99280 Kg		0, 06	5.956,80	2.978,40
Alimentos auto-utilizados						0,00	0,00
pastagem		6	52 ha		44, 34	2.305,63	1.152,82
feno		6	30 ha		395, 87	11.876,21	5.938,10
pousio			ha		46, 84	0,00	0,00
						0,00	0,00
Assistência veterinária		6				734, 00	367, 00
						0, 00	0, 00
Energia		6				336, 00	168, 00
						0, 00	0, 00
						0, 00	0, 00
Rep. Cons. CE Fixo Inanimado		6				659, 89	329, 94
Rep. Cons. CF Benfeitorias		6				530, 00	265, 00
							0, 00
Amortização Cap.Expl. Fixo Vivo						1 142, 86	
Amortização Cap.Expl. Fixo Inanimado						3 343, 88	
Amortização CF Benfeitorias						1 393, 33	
Custos Efectivos de Exploração						62 889, 68	28 811, 10
Proveitos	Quant.	Preço	Valor				
A - Vitelos (as)	72		0, 00				
			0, 00				
B - Outros							
refugio	6	675, 00	4 050, 00				
			0, 00				
Sub vaca aleitante	80	205, 00	16 400, 00				
			0, 00				
			20 450, 00				
			Total	20 450, 00			
Juros Atribuídos	Taxa	Capital	Valor				
JCE Circulante	3,0%	28 811, 10	864, 33				
JCE Fixo Vivo	3,0%	59 000, 00	1 770, 00				
JCE Fixo Inanimado	3,0%	32 994, 38	989, 83				
JCF Benfeitorias	3,0%	13 250, 00	397, 50				
JCF Terra (valor locativo)							
			C - Total	4 021, 66			
Encargos			Valor				
- Despesas			57 009, 60				
- Restantes custos			9 901, 73				
			F - Total	66 911, 34			
Custo de Produção / efectivo			€/ efect.				
Custo base (CEE)			62 889, 68				
Custo completo (CEE + C. atrib.)			66 911, 34				
Custo Unitário do Prod. Princ.			€/ cab.				
Custo de "caixa"			507, 77				
Custo base (CEE - B)/Q			589, 44				
Custo completo (CEE + C. atrib. - B)/Q			645, 30				
Resultado Económico / efectivo			€/ efect.				
Saldo "Proveitos - Despesas"			-36 559, 60				
Margem Líquida			-46 461, 34				
Tx Rent. Global dos Factores			-69,44%				
Custo a transferir			507, 77				

9.8. Orçamento de Actividade Pecuária: Bovinos - vitelos para abate

Natureza dos custos	Data média da operação	período de empate (meses)	Materiais e diversos				C x N /12
			quantidade	un.	preço unit. (€)	valor (€)	
Mão-de-obra						0,00	0,00
trab. Indiferenciado		6	0,01 UTA		12 446, 00	124,46	62,23
						0,00	0,00
						0,00	0,00
						0,00	0,00
Compra de animais		2	52		507, 77	26.404,16	4.400,69
Alimentos comprados						0,00	0,00
p/ vitelos acabamento		1,5	9360 Kg		0, 30	2.808,00	351,00
						0,00	0,00
						0,00	0,00
						0,00	0,00
Alimentos auto-utilizados						0,00	0,00
pastagem			ha		44, 34	0,00	0,00
feno			ha		395, 87	0,00	0,00
pousio			ha		46, 84	0,00	0,00
						0,00	0,00
Assistência veterinária		6				0, 00	0, 00
						0, 00	0, 00
Energia		6				41, 00	20, 50
						0, 00	0, 00
						0, 00	0, 00
Rep. Cons. CE Fixo Inanimado		6				26, 43	13, 22
Rep. Cons. CF Benfeitorias		6				32, 00	16, 00
							0, 00
Amortização Cap.Expl. Fixo Vivo						0, 00	
Amortização Cap.Expl. Fixo Inanimado						135, 34	
Amortização CF Benfeitorias						53, 33	
Custos Efectivos de Exploração						29 624, 72	4 863, 64

Proveitos			
	Quant.	Preço	Valor
A - Prod. principal	52	648, 00	33 696, 00
			0, 00
B - Outros			0, 00
			0, 00
prémio ao abate	52	50, 00	2 600, 00
			0, 00
Total			36 296, 00

Juros Atribuídos			
	Taxa	Capital	Valor
JCE Circulante	3,0%	4 863, 64	145, 91
JCE Fixo Vivo	3,0%	0, 00	0, 00
JCE Fixo Inanimado	3,0%	1 321, 61	39, 65
JCF Benfeitorias	3,0%	800, 00	24, 00
JCF Terra (valor locativo)			
C - Total			209, 56

Encargos		Valor
- Despesas		29 436, 05
- Restantes custos		398, 23
F - Total		29 834, 28

Custo de Produção / efectivo		€/ efect.
Custo base (CEE)		29 624, 72
Custo completo (CEE + C. atrib.)		29 834, 28

Custo Unitário do Prod. Princ.		€/ cab.
Custo de "caixa"		516, 08
Custo base (CEE - B)/Q		519, 71
Custo completo (CEE + C. atrib. - B)/Q		523, 74

Resultado Económico / efectivo		€/ efect.
Saldo "Proveitos - Despesas"		6 859, 95
Margem Líquida		6 461, 72
Tx Rent. Global dos Factores		21,66%

9.11. Tipo de Custo: Despesas

	Desmamme		Abate		Reprodutores		Bovinos	
	(€)	(%)	(€)	(%)	(€)	(%)	(€)	(%)
Estrutura dse Custos								
Mão-de-Obra	10 579	18,6	124	0,4	1 120	5,6	11 824	16,9
Compra de animais		0,0	26 404	89,7	10 155	50,9		0,0
Alimentos	43 783	76,8	2 808	9,5	8 237	41,3	54 827	78,5
Outras Despesas	2 648	4,6	99	0,3	428	2,1	3 175	4,5
Amortizações		0,0		0,0		0,0		0,0
Custo de oport. do Capital		0,0		0,0		0,0		0,0
	57.010		29.436		19.940		69.826,10	
Estrutura de Proveitos								
Prod Principal		0,0	33 696	92,8	35 700	100,0	69 396	75,1
Prod Secundarios	4 050	19,8		0,0		0,0	4 050	4,4
Subsidios	16 400	80,2	2 600	7,2		0,0	19 000	20,6
	20.450		36.296				92.446,00	
Custo / cab produzida	(€/cab)		(€/cab)		(€/cab)			
Custo de "caixa"	508		516		997			
Custo real	589		520		1 026			
Custo completo	645		524		1 045			
Margem de "caixa"	-36 560		6 860		15 760		22 620	
Margem "real"	-36 560		6 860		15 760		22 620	
Margem "copmpleta"	-36 560		6 860		15 760		22 620	
Tx Rent. Global Factores	-69,4%		21,7%		70,7%		14,3%	

9.12. Tipo de Custo: Custos Reais

	Desmamme		Abate		Reprodutores		Bovinos	
	(€)	(%)	(€)	(%)	(€)	(%)	(€)	(%)
Estrutura dse Custos								
Mão-de-Obra	10 579	16,4	124	0,4	1 120	4,9	11 824	15,1
Compra de animais		0,0	31 682	90,8	12 185	53,6		0,0
Alimentos	45 210	70,3	2 808	8,0	8 430	37,1	56 448	72,3
Outras Despesas	2 648	4,1	99	0,3	428	1,9	3 175	4,1
Amortizações	5 880	9,1	189	0,5	588	2,6	6 656	8,5
Custo de oport. do Capital		0,0		0,0		0,0		0,0
	64.317		34.902		22.751		78.103,02	
Estrutura de Proveitos								
Prod Principal		0,0	33 696	92,8	35 700	100,0	69 396	75,1
Prod Secundarios	4 050	19,8		0,0		0,0	4 050	4,4
Subsidios	16 400	80,2	2 600	7,2		0,0	19 000	20,6
	20.450		36.296				92.446,00	
Custo / cab produzida	(€/cab)		(€/cab)		(€/cab)			
Custo de "caixa"	528		618		1 108			
Custo real	609		621		1 138			
Custo completo	665		626		1 157			
Margem de "caixa"	-37 987		1 583		13 537		20 999	
Margem "real"	-43 867		1 394		12 949		14 343	
Margem "copmpleta"	-43 867		1 394		12 949		14 343	
Tx Rent. Global Factores	-70,1%		3,3%		54,3%		12,0%	

9.13. Tipo de Custo: Custos Completos

	Desmamme		Abate		Reprodutores		Bovinos	
	(€)	(%)	(€)	(%)	(€)	(%)	(€)	(%)
Estrutura dse Custos								
Mão-de-Obra	10 579	14,6	124	0,3	1 120	4,2	11 824	13,4
Compra de animais		0,0	37 680	91,5	14 492	53,8		0,0
Alimentos	49 409	68,0	2 808	6,8	9 931	36,8	62 148	70,3
Outras Despesas	2 648	3,6	99	0,2	428	1,6	3 175	3,6
Amortizações	5 880	8,1	189	0,5	588	2,2	6 656	7,5
Custo de oport. do Capital	4 106	5,7	266	0,6	402	1,5	4 542	5,1
	72.622		41.166		26.962		88.345,15	
Estrutura de Proveitos								
Prod Principal		0,0	33 696	92,8	35 700	100,0	69 396	75,1
Prod Secundarios	4 050	19,8		0,0		0,0	4 050	4,4
Subsidios	16 400	80,2	2 600	7,2		0,0	19 000	20,6
	20.450		36.296				92.446,00	
Custo / cab produzida	(€/cab)		(€/cab)		(€/cab)			
Custo de "caixa"	586		733		1 299			
Custo real	668		737		1 328			
Custo completo	725		742		1 348			
Margem de "caixa"	-42 185		-4 416		9 729		15 299	
Margem "real"	-48 066		-4 604		9 141		8 643	
Margem "copmpleta"	-52 172		-4 870		8 738		4 101	
Tx Rent. Global Factores	-71,8%		-11,8%		32,4%		4,6%	

..